

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos auditores independentes

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	20
Balancos patrimoniais	25
Demonstração do resultado	27
Demonstração do resultado abrangente	28
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	29
Demonstrações dos fluxos de caixa	30
Demonstrações do valor adicionado	31
Notas explicativas às demonstrações financeiras	32

Relatório da Administração - 2022

Enel Distribuição São Paulo

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A

Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pr/investidores/enel-distribuicao-rio.html> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2022 ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A

Prezados Acionistas,

A Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo”, ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

1 PERFIL

A Enel Distribuição São Paulo é uma Companhia de capital aberto estando presente em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país.

A área de concessão, de 4.526 km², concentra o maior PIB nacional e a mais alta densidade demográfica do país, com 1.711¹ unidades consumidoras por km², o que corresponde a aproximadamente 8,1%² do total de energia elétrica consumida no Brasil.

Para cumprir com excelência o desafio de atender aproximadamente 18,4 milhões de pessoas todos os dias, a Enel Distribuição São Paulo está permanentemente comprometida em prestar melhores serviços e de forma mais rápida. A Companhia está sempre preocupada em ouvir e entender seus clientes, mantendo um diálogo aberto com todos os seus públicos. A Enel Distribuição São Paulo é consciente da importância do seu papel no desenvolvimento do estado e do país.

Para atender a demanda de aproximadamente 7,7 milhões de unidades consumidoras, a Enel Distribuição São Paulo, que conta com 4.044 colaboradores próprios, dispõe de uma infraestrutura formada por 163 subestações e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos de mais de 44 mil quilômetros, dos quais 1.846 km são linhas de subtransmissão e 42.448 km referem-se a redes de distribuição aérea e subterrânea.

2 CONTEXTO SETORIAL E AMBIENTE REGULATÓRIO

Distribuição Elétrica no Brasil

A Enel Distribuição São Paulo é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME. A Companhia também está sujeita aos termos do seu contrato de concessão, que foi celebrado com a ANEEL em 15 de junho de 1998, concedendo-lhe o direito de distribuir energia na sua área de concessão até 15 de junho de 2028.

A tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Ambos estabelecem um teto para a tarifa e preveem ajustes anuais (reajuste tarifário), periódicos (a cada quatro anos) e extraordinários (quando há observância de um significativo desequilíbrio econômico-financeiro).

Nos ajustes das tarifas de energia elétrica, a ANEEL divide os custos de distribuição entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela A) e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela B). Na Parcela A estão inclusos, entre outros, o custo de energia comprada para revenda, os encargos

¹ Dados internos de unidades faturadas, de dezembro de 2022;

² Dados acumulados até novembro de 2022, da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, o retorno sobre os investimentos relacionados à concessão, considerados na Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) da Companhia, os custos e depreciação regulatória, e os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

Nos reajustes tarifários anuais, os custos da Parcela A são repassados aos clientes e os custos da Parcela B são corrigidos de acordo com o índice IGP-M ajustado pelo Fator X, que constitui em uma somatória do componente de produtividade, de trajetória de custos operacionais e de qualidade.

A data de aniversário dos reajustes anuais e revisões tarifárias da Enel Distribuição São Paulo é 4 de julho.

Reajuste Tarifário Anual 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 28 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2022.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +10,28% composto por reajuste econômico de +13,45% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +12,04%.

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira Escassez Hídrica possuiu vigência de setembro de 2021 a abril de 2022 e a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2021 e 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

	2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			

2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES NO PERÍODO

	2022	2021	Var. %
Receita Bruta (R\$ mil)	30.641.181	32.230.625	-4,9%
Receita Líquida (R\$ mil)	18.772.179	20.658.070	-9,1%
EBITDA (1) (R\$ mil)*	4.183.656	3.125.057	33,9%
Margem EBITDA (%)*	22,3%	15,1%	7,2 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)*	24,8%	16,4%	8,4 p.p.
EBIT (2) (R\$ mil)*	3.391.062	2.455.625	38,1%
Margem EBIT (%)*	18,1%	11,9%	6,2 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	1.411.641	1.141.433	23,7%
Margem Líquida (%)	7,5%	5,5%	2 p.p.
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	8,4%	6,0%	2,4 p.p.
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	41.209	40.883	0,8%
CAPEX (R\$ mil)*	1.958.266	1.573.175	24,5%
DEC - horas (12 meses)*	6,35	6,77	-6,1%
FEC - vezes (12 meses)*	3,40	3,63	-6,3%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	99,58%	100,28%	-0,7 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)*	10,64%	10,30%	0,3 p.p.
PMSO (3) /Consumidor*	216,1	240,1	-10,0%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (2) EBIT: Resultado do Serviço e

(3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL
Mercado de Energia
NÚMERO DE CONSUMIDORES

	2022	2021	Var. %
Mercado Cativo	7.740.890	7.578.038	2,1%
Residencial	7.280.497	7.127.040	2,2%
Industrial	24.845	24.875	-0,1%
Comercial	415.418	406.102	2,3%
Rural	555	567	-2,1%
Setor Público	19.575	19.454	0,6%
Cientes Livres	3.166	2.795	13,3%
Industrial	702	644	9,0%
Comercial	2.404	2.091	15,0%
Setor Público e outros	60	60	0,0%
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.744.056	7.580.833	2,2%

A Companhia encerrou 2022 com um aumento de 2,2%, no número de unidades consumidoras faturadas em relação a 2021.

Observa-se, no período, crescimento maior no mercado livre com destaque para a classe comercial e industrial, com aumento de 15,0% e 9,0%, respectivamente, reflexo do aquecimento do setor comercial e da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre no caso dos clientes industriais.

Venda de Energia na Área de Concessão³

No ano, o mercado total manteve-se praticamente estável, com um leve aumento de 0,8% em relação ao ano de 2021, totalizando 41.209 GWh.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	2022	2021	Var. %
Mercado Cativo	28.511	28.751	-0,8%
Cientes Livres	12.698	12.132	4,7%
Total - Venda e Transporte de Energia	41.209	40.883	0,8%

Mercado Cativo

O consumo do mercado cativo se manteve praticamente estável em 2022, totalizando 28.511 GWh, representando uma leve queda de 0,8% frente ao mesmo período do ano anterior, reflexo de temperaturas mais baixas registradas no período e pelo retorno às atividades fora de casa.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	2022	2021	Var. %
Residencial	16.515	16.569	-0,3%
Industrial	2.034	2.169	-6,2%
Comercial	8.077	7.836	3,1%
Rural	32	30	5,5%
Setor Público	1.852	2.146	-13,7%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	28.511	28.751	-0,8%

Cientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres atingiu a marca de 12.698 GWh em 2022, um aumento de 4,7% quando comparado a 2021, com destaque para o crescimento do consumo da classe comercial, que atingiu 11,8% no período, resultado do aquecimento do setor varejista e de serviços ao longo do ano.

³ Não Inclui Consumo Próprio

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

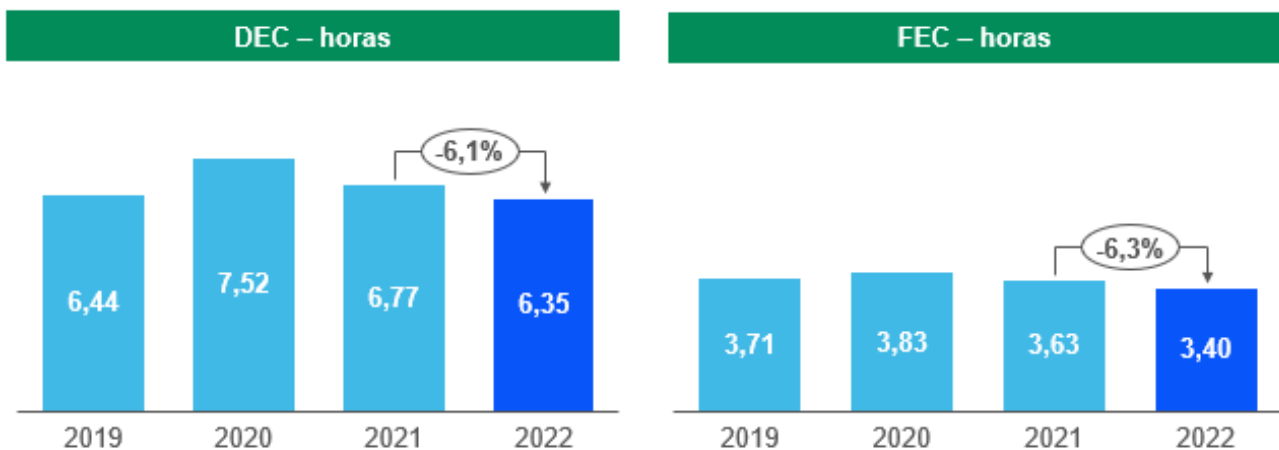
	2022	2021	Var. %
Industrial	5.619	5.653	-0,6%
Comercial	5.456	4.881	11,8%
Setor Público e outros	1.623	1.598	1,6%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	12.698	12.132	4,7%

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2022	2021	Var. %
Itaipu	7.533	7.766	-3,0%
Angra 1 e 2	1.407	1.479	-4,9%
Proinfa	685	736	-6,9%
Leilão e Quotas	27.070	26.269	3,1%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	36.696	36.250	-74,5%
Liquidação na CCEE	-1.791,0	-1.642,2	-74,5%
Total - Compra de Energia	34.905	34.608	0,9%

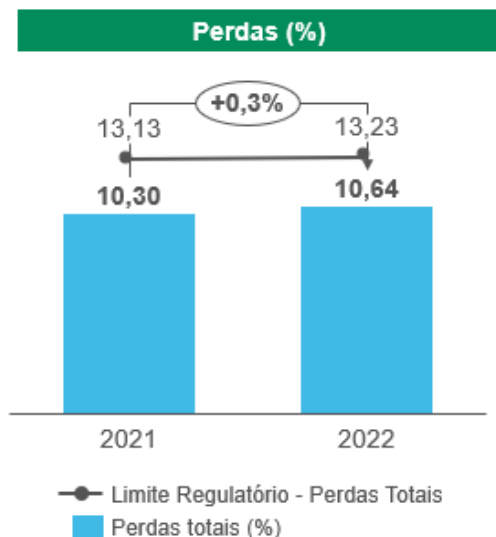
Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

Em 2022, os indicadores DEC e FEC apresentaram uma queda de 6,1% e 6,3% respectivamente em relação a 2021. Embora esses indicadores tenham sido impactados pela pandemia do Covid-19, com redução do contingente operacional e impacto na cadeia de suprimento logístico, principalmente em razão de atraso nas entregas de materiais e equipamentos, os investimentos em tecnologia de rede focados em automação, como o aumento de religadores telecomandados e automatizados para o restabelecimento de energia, intensificação das ações de manutenção da rede e podas de árvore, além do desenvolvimento de equipes multitarefas vem refletindo a recuperação contínua dos indicadores de qualidade, que atingiram níveis inferiores quando comparado com o período pré-pandemia.

Disciplina de Mercado (Perdas)



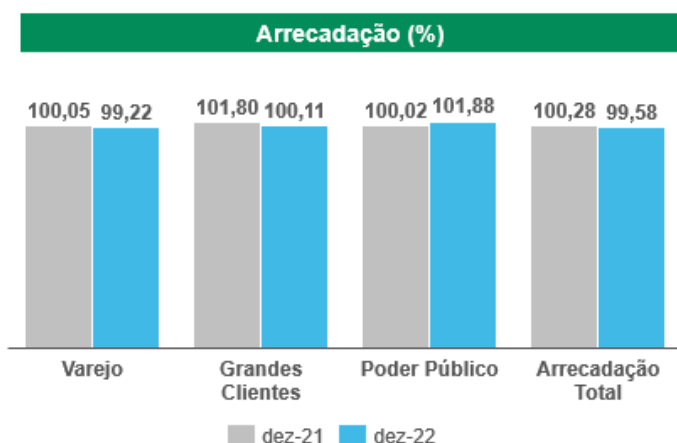
As perdas totais apuradas os últimos 12 meses foram de 10,64%⁴, sendo divididas entre perdas técnicas (5,04%) e não técnicas (5,60%). Em comparação a 2021, as perdas totais apresentaram um aumento de 0,34 p.p.

Um dos principais motivos para variação é decorrente a um cenário pós pandemia do Covid-19, onde houve uma mudança do mix de carga da área de concessão da Companhia com migração do consumo nas categorias de consumidores com perdas não técnicas mínimas ou nulas (clientes livres, alta e média tensão) para consumidores de baixa tensão, especificamente clientes residenciais, onde a perda não técnica apresenta níveis mais elevados.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros

forjando a medição. No 4T22 houve um decréscimo de 19% no número total de inspeções em comparação ao 4T21, devido a maior base de comparação no ano passado, onde houve a implementação total das equipes e das ações de inspeção. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas: tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular e (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. No 4T22 o número de instalações regularizadas diminuiu em 59% em relação ao realizado no 4T21, devido principalmente ao aumento de ligações em áreas invadidas com proteção ambiental e a dificuldade na liberação das áreas com poder público.

Arrecadação



O índice de arrecadação da companhia atingiu 99,58% no 4T22 contra 100,28% no mesmo período do ano anterior, representando uma queda de 0,7 p.p, devido a maior base de comparação em 2021, onde tivemos um maior nível de arrecadação com o restabelecimento do corte de energia a partir de julho de 2021, além do impacto decorrente da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022. Vale destacar que a Companhia mantém ações recorrentes voltadas para o aumento de arrecadação com cobranças administrativas e redução dos níveis de inadimplência, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização

de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

⁴No 4T21 foi adotado uma nova metodologia para o cálculo de perdas, o qual reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	2022	2021	Var. %
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	10.612.453	11.484.215	-7,6%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(77.625)	(69.549)	11,6%
Subvenção de recursos da CDE	657.805	511.305	28,7%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	2.635.266	2.079.030	26,8%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	11.029.617	9.691.847	13,8%
Receita de construção	1.928.836	1.616.179	19,3%
Atualização do ativo financeiro da concessão	350.756	544.055	-35,5%
Ativo financeiro setorial, líquido	1.787.658	4.152.176	-56,9%
Outras receitas originadas de contratos com clientes	1.716.415	2.221.367	-22,7%
Total - Receita Operacional Bruta	30.641.181	32.230.625	-4,9%
ICMS	(4.471.233)	(4.556.367)	-1,9%
COFINS	(1.760.728)	(1.751.632)	0,5%
PIS	(450.592)	(380.142)	18,5%
ISS	(341)	(201)	69,7%
Total - Tributos	(6.682.894)	(6.688.342)	-0,1%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(163.714)	(183.104)	-10,6%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(3.718.570)	(2.457.099)	51,3%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(29.949)	(24.127)	24,1%
Encargos do consumidor - PROINFA	(150.053)	(106.559)	40,8%
Encargos do consumidor - CCRBT	(1.123.822)	(2.113.324)	-46,8%
Total - Encargos Setoriais	(5.186.108)	(4.884.213)	6,2%
Total - Deduções da Receita	(11.869.002)	(11.572.555)	2,6%
Total - Receita Operacional Líquida	18.772.179	20.658.070	-9,1%

Em 2022, a receita operacional líquida da Companhia apresentou uma variação negativa de 9,1%, ou R\$ 1,9 bilhão, em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando R\$ 18,8 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, em 2022, alcançou o montante de R\$ 16,8 bilhões, uma redução de R\$ 2,2 bilhões em relação a 2021, cujo montante foi de R\$ 19,0 bilhões. Tal redução é resultado dos seguintes efeitos:

- Redução do ativo e passivo financeiro setorial no período, em R\$ 2,3 bilhões, devido à menor constituição de ativo regulatório no período em razão da melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor;
- Redução na rubrica de Fornecimento de energia – mercado cativo em R\$ 871,8 milhões em decorrência da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 e do impacto da bandeira de escassez hídrica que esteve vigente ao longo de 4T21;
- Redução na rubrica de Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes, na ordem de R\$ 504,9 milhões, reflexo da redução de Venda de Energia Excedente (MVE) como resultado do menor PLD em 2022 comparado ao mesmo período no ano anterior e;
- Redução da atualização do Ativo Financeiro da Concessão em R\$ 193,3 milhões, referente a atualização da base do ativo indenizável, reflexo de uma menor inflação registrada em 2022.

Parcialmente compensados por:

- Aumento nas rubricas de disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo e livre na ordem de R\$ 1,9 bilhão devido ao reajuste tarifário de 2022 de 12,04% vigente desde julho.

Em 2022, as deduções da receita totalizaram R\$ 11,9 bilhões, contra R\$ 11,6 bilhões em 2021, representando um aumento de 2,6% ou R\$ 269,4 milhões, resultado, sobretudo, do aumento de R\$ 1,3 bilhão pagos referentes a encargos da conta de desenvolvimento energético – CDE em função do pagamento do empréstimo relacionado a conta covid contraído em 2020, na parte de encargos, parcialmente compensado pela redução de R\$ 989,5 milhões na rubrica de encargos do consumidor – CCRBT, relacionada com as bandeiras tarifárias.

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2022	2021	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(7.737.589)	(10.308.222)	-24,9%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(2.851.700)	(3.229.202)	-11,7%
Total - Não Gerenciáveis	(10.589.289)	(13.537.424)	-21,8%
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(530.318)	(593.658)	-10,7%
Previdência Privada	(6.846)	(6.636)	3,2%
Material e Serviços de Terceiros	(990.084)	(959.565)	3,2%
Depreciação e Amortização	(792.594)	(669.432)	18,4%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(248.717)	(436.879)	-43,1%
Custo de Construção	(1.928.836)	(1.616.179)	19,3%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(79.110)	(57.490)	37,6%
Perda de recebíveis de clientes	(244.042)	(235.894)	3,5%
Receita de multas por impontualidade de clientes	139.419	128.303	8,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	(110.700)	(217.591)	-49,1%
Total - Gerenciáveis	(4.791.828)	(4.665.021)	2,7%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(15.381.117)	(18.202.445)	-15,5%

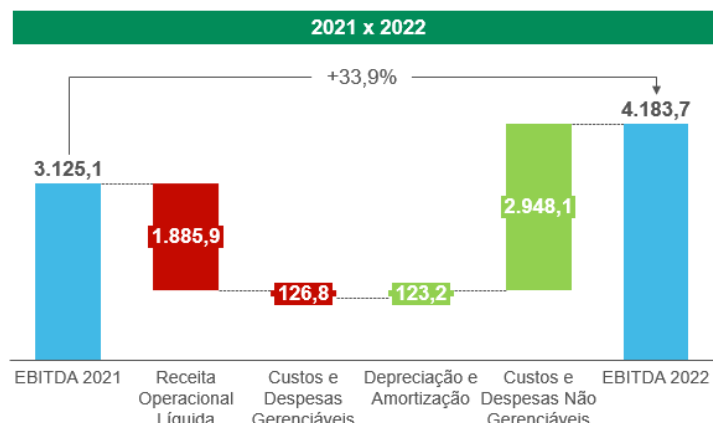
Os custos e despesas operacionais em 2022 apresentaram uma redução de 15,5% (R\$ 2,8 bilhões) em relação a 2021. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R\$ 13,5 bilhões em 2022, o que representa uma redução de 18,9% (R\$ 3,1 bilhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os custos não-gerenciáveis totalizaram R\$ 10,6 bilhões, resultado 21,8% inferior ao registrado no ano anterior. Tal variação é justificada principalmente pela redução da rubrica de Energia Elétrica Comprada para Revenda (R\$ 2,6 bilhões) em razão da redução dos custos com a energia comprada de Itaipu, resultado da desvalorização do Dólar frente ao Real em 2022 versus 2021.

Os custos gerenciáveis somaram R\$ 4,8 bilhões, montante 2,7% superior ao valor registrado no mesmo período do ano passado. Excluindo-se os custos de construção, houve uma redução de 6,1%, ou R\$ 185,9 milhões. A variação, total, explica-se pela:

- Redução da rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (R\$ 188,2 milhões) explicado por ações realizadas ao longo do ano, em particular no terceiro trimestre;
- Redução da rubrica de Despesa de Pessoal (R\$ 63,3 milhões) como reflexo da estratégia da Companhia na digitalização, eficiência dos processos e maior capitalização de mão de obra própria;
- Redução de R\$ 106,9 milhões em outras receitas/despesas operacionais.

EBITDA



No acumulado do ano, a Companhia atingiu o montante de R\$ 4,2 bilhões, o que representa um aumento de R\$ 1,1 bilhão em relação ao mesmo período em 2021.

O aumento do EBITDA é explicado principalmente pela redução dos custos e despesas operacionais de natureza não gerenciável, em virtude da melhora do cenário hidrológico do país, superando o efeito negativo relacionado a redução da receita líquida no período.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

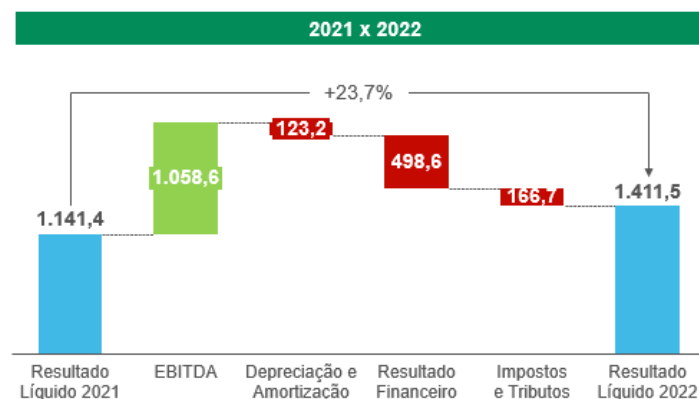
	2022	2021	Var. %
Renda de Aplicações Financeiras	73.895	21.480	244,0%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	77.740	140.853	-44,8%
Subvenções governamentais	1.756	2.555	-31,3%
Atualização de Créditos Tributários	6.061	1.882	>100,0%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	71.497	29.977	-28,3%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	293.661	78.026	-94,5%
Instrumentos Financeiros de hedge	-	133.300	<-100,0%
Ajuste MTM Dívida	127.172	152.824	-58,1%
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	10.579	(2.008)	<-100,0%
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	23.284	28.451	-80,0%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(12.317)	(11.672)	5,5%
Total - Receitas Financeiras	673.328	575.668	17,0%
Despesas Financeiras			
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(579.326)	(261.687)	121,4%
Variação monetária + Ajuste MTM - Dívida	(104.891)	(211.966)	-50,5%
Instrumentos Financeiros de hedge	(406.897)	(240.558)	69,1%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(27.800)	(15.950)	74,3%
Subvenções governamentais	(1.756)	(2.555)	-31,3%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(26.448)	(11.202)	>100,0%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	(5.905)	25.999	<-100,0%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(34.814)	(32.278)	7,9%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(134.342)	(86.906)	54,6%
Atualização Acordo Eletrobras	(68.587)	(43.394)	58,1%
Custo dos Juros (Líquidos) do Plano de Pensão	(593.951)	(468.730)	26,7%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(4.226)	(6.286)	-32,8%
Outras Despesas Financeiras	(35.096)	(76.670)	-54,2%
Total - Despesas Financeiras	(2.024.039)	(1.432.183)	41,3%
Variações Cambiais	(1.799)	2.578	<-100,0%
Variações cambiais - Empréstimos	118.931	(124.524)	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(118.938)	126.860	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	(1.792)	242	<-100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(1.352.510)	(853.937)	58,4%

Em 2022, o resultado financeiro encerrou com uma despesa de R\$ 1,4 bilhão, um aumento de R\$ 498,6 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é devido ao seguinte:

- (i) Aumento de despesa líquida de R\$ 538,2 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro de hedge, Ajuste MTM dívida, Encargos de dívida – Empréstimos, Debêntures e Mútuos, Variação monetária + Ajuste MTM de Dívida, Variações cambiais – Empréstimos e Variações cambiais – Instrumentos Financeiros de Hedge) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI em cerca de 8p.p (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados para financiar investimentos e capital de giro;
- (ii) Aumento de despesa de R\$ 125,2 milhões na rubrica de custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego;
- (iii) Redução de R\$ 63,1 milhões na rubrica de atualizações monetárias sobre contas de energia elétrica em atraso devido à redução do IGP-M, índice utilizado para atualização financeira do valor das faturas em atraso.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de receita no valor de R\$ 215,6 milhões na rubrica de atualização monetária de ativo e passivo financeiro setorial em virtude, principalmente, de uma correção monetária realizada em junho/2022 de itens relacionados ao reajuste tarifário.

Resultado Líquido



No acumulado do ano, a Companhia registrou lucro de R\$ 1,4 bilhão, o que representa um aumento de R\$ 270,2 milhões em relação a 2021, em decorrência do aumento do EBITDA em razão principalmente do menor nível de custos e despesas não gerenciáveis, em virtude da melhora do cenário hidrológico do país, compensado parcialmente por uma maior despesa financeira no período.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	2022	2021	Var. %
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	7.789.837	6.837.725	13,92%
(-) Disponibilidades	(1.344.379)	(1.115.269)	20,54%
Dívida Líquida	6.445.458	5.722.455	13%
EBITDA (1)	4.183.656	3.125.057	34%
Dívida Bruta/EBITDA	1,86	2,19	-14,90%
Dívida Líquida/EBITDA	1,54	1,83	-15,87%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta + PL)	0,76	0,74	3,10%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,73	0,71	3,22%

A Dívida Bruta⁵ da Companhia encerrou o ano de 2022 em R\$ 7.790 milhões, um aumento de R\$ 952 milhões em relação ao ano de 2021. Essa variação deve-se principalmente às (i) novas captações no montante de R\$ 2.130 milhões, sendo R\$ 673 milhões referentes à empréstimos na modalidade de 4131 para capital de giro, R\$ 800 milhões referente a emissão da 27ª emissão de debêntures, e R\$ 657 milhões referentes à mútuos com a sua controladora Enel Brasil, realizados para reforço de capital de giro da Companhia, e às (ii) provisões de encargos de R\$ 965 milhões e variação monetária no período no montante de R\$ 157 mil. Estes efeitos foram parcialmente compensados por liquidações de dívidas e juros no valor total de R\$ 2.214 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 85 milhões e registrou custos de transação, líquido das apropriações do período das operações vigentes, no montante de R\$ 16 milhões.

Em relação às liquidações realizadas, destacam-se a liquidação parcial da 2ª série da 23ª emissão de debêntures no montante de R\$ 698 milhões realizada em setembro/2022; e a liquidação dos mútuos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 657 milhões realizada em maio e junho de 2022. Adicionalmente, a companhia liquidou juros relativos às emissões de debentures (23ª, 24ª, 25ª, 26ª e 27ª) no montante de R\$ 495 milhões.

A Companhia encerrou o ano de 2022 com o custo médio da dívida em 13,48% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos N° 3.037/2018, no valor de até R\$ 2.000 milhões, e N° 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões, totalizando um montante de R\$ 2.500 milhões.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa n° 12.7 das Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2022, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2022. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas emissões de debêntures (23ª, 24ª, 25ª, 26ª e 27ª), na 7ª emissão de notas promissórias, no BNP Paribas, Scotiabank e MUFG.

INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)	
	2022
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	7.789.837
Fundo de Pensão	(836.271)
(-) Disponibilidades	(1.344.379)
Dívida Líquida	5.609.187
EBITDA (1) (12 meses)	4.183.656
(+)PDD	492.759
(+)Contingências	79.110
(+)Despesas com Entidade de Previdência Privada (últimos 12 meses)	6.846
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	15.382
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Emissão	4.777.753
(-) Impacto arrendamento operacional (CPC 06 /IFRS 16)	-
(-) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	(15.382)
EBITDA (12 meses) - Ajustado 23ª Emissão	4.762.371
(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).	
Covenant Financeiro	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Debênture, BNP, SCOTIA, MUFG e 7ª NP	1,17
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 23ª Debênture	1,18

⁵ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

Classificação de Riscos (Rating) ⁶

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2022	2021	Var. %
Manutenção	806.273	777.864	3,7%
Crescimento	692.895	481.721	43,8%
Novas Conexões	430.855	270.384	59,3%
Financiado pela Companhia	1.930.023	1.529.970	26,1%
Financiado pelo Cliente	28.242	43.206	-34,6%
Total	1.958.266	1.573.175	24,5%

Em 2022, a Companhia investiu R\$ 2,0 bilhões, montante 24,5% superior ao investido no ano anterior. A maior variação foi observada no investimento em novas conexões, em um montante 59,3% superior ao registrado no 2021.

Do total investido, R\$ 1,9 bilhão foram realizados com recursos próprios e R\$ 28,2 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

6 DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

Comprometida com o desenvolvimento sustentável e empenhada em contribuir com soluções para grandes desafios globais – como o acesso à energia, a minimização dos efeitos das mudanças climáticas e o desenvolvimento local, a Enel Distribuição São Paulo atua de forma a criar valor sustentável por meio de seus negócios, focando no relacionamento com as partes interessadas e no desenvolvimento de projetos socioambientais, incluindo os de economia circular. Dentro disso, contribuimos diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um movimento global da Organização das Nações Unidas (ONU) onde estamos especialmente comprometidos com quatro dos 17 ODS: Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Os compromissos de sustentabilidade guiam a estratégia da empresa e se traduzem em ações e indicadores ESG (ambientais, sociais e de governança, em inglês), de forma a qualificar nosso desempenho e maximizar a geração de valor para todos os públicos com os quais nos relacionamos. A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável.

Considerando o Plano de Sustentabilidade da Enel Distribuição São Paulo em 2022 que contou com 57 ações, registramos o avanço geral de 103% no fechamento do ano, sendo avanço de 91% em metas ambientais, 106% em metas sociais e 108% em ações para garantir ou aumentar a governança. Esses bons resultados demonstram um trabalho integrado entre diversas áreas da empresa no alcance de uma gestão sustentável e inclusiva.

⁶ Quadro considera ratings válidos em 30 de setembro de 2022

Projetos socioambientais

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Os 53 projetos desenvolvidos na Enel Distribuição São Paulo, em 2022, beneficiaram mais de 640 mil pessoas, com um investimento de cerca de R\$ 58 milhões. Também foi gerado o valor de R\$ 2,79 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Foram trocadas gratuitamente cerca de 9,5 mil geladeiras e 213 mil lâmpadas de clientes por meio das diversas iniciativas de eficiência energética. Entre os projetos realizados, destacam-se:

Hortas em Rede: Realizado por meio de parcerias com organizações não governamentais e empresas do setor privado, que visa a utilização dos terrenos de linhas de transmissão da Enel para a implantação e desenvolvimento de hortas urbanas. As hortas proporcionam às comunidades qualificação profissional, oportunidades de emprego e geração de renda, por meio da comercialização dos produtos cultivados pelos participantes do projeto. O projeto também visa combater a desnutrição e melhorar a qualidade de vida das comunidades, uma vez que possibilita o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos pela população. Em 2022 foi gerada uma renda de R\$ 507 mil aos agricultores participantes dessa iniciativa que integra o projeto Enel Compartilha Empreendedorismo.

Projetos de Eficiência Energética: Foram realizadas 14 obras de Eficiência Energética por meio de Chamada Pública de Projetos, viabilizada com recursos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Foram instaladas mais de 1.900 placas fotovoltaicas e substituídos 53 aparelhos de ar-condicionado. Árvores solares fotovoltaicas foram instaladas em universidades, hospitais, prédios públicos e na ciclovia do Rio Pinheiros. Para os clientes residenciais, foram realizadas trocas de 9.595 geladeiras e substituídas 212 mil lâmpadas, por meio dos demais projetos de eficiência energética. Ao todo, foram trocadas 253 mil lâmpadas pelo Programa de Eficiência Energética. Já com o programa de reciclagem Ecoenel houve 12.341 pessoas beneficiadas, com conversão de R\$ 775 mil em bônus na conta de energia dos clientes da distribuidora.

Smart Meter/Medidores Inteligentes: Como parte das ações socioeducativas do projeto Smart Meter, a Enel Distribuição São Paulo, de 2021 até o final de 2022, destinou R\$ 4,69 milhões de investimento em projetos sociais e iniciativas de eficiência energética. Foram realizados 14,5 mil diagnósticos energéticos nas residências, trocadas 40,1 mil lâmpadas antigas por LED, além da substituição de 1.376 geladeiras antigas por modelos novos e mais eficientes. Os equipamentos retirados foram destinados para ações de circularidade. A distribuidora também realizou ações sociais voltadas ao consumo consciente de energia e à segurança da população. Com o Enel Compartilha Energia na Escola foram promovidos jogos de conhecimento, beneficiando 1.889 alunos e 103 professores. As ações de Sustentabilidade ocorreram na zona norte de São Paulo, nos bairros de Perus, Pirituba, Freguesia do Ó e Brasilândia.

Mundo Energia: Ação educacional da Enel São Paulo que promoveu gratuitamente, em dois parques da cidade, atividades lúdicas e divertidas com a população, com o objetivo de trabalhar os conceitos de eficiência energética, consumo consciente de energia elétrica e recursos naturais, economia circular e sustentabilidade. O evento teve como público-alvo famílias em situação de vulnerabilidade social - crianças, adolescentes e adultos, nas zonas norte e sul de São Paulo. Nas duas edições tivemos público de aproximadamente 3.000 pessoas participando das atividades educacionais e avaliação positiva da ação por parte de todos os participantes entrevistados.

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2022, foram capacitadas 1.109 pessoas de 390 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), Direitos Humanos, Ética, Gestão Ambiental, Economia Circular, Eficiência Energética, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2022, o Plano de Ação foi concluído com um avanço geral de 98% das atividades planejadas para o biênio. Entre as principais ações realizadas podemos destacar o treinamento de 100% das equipes de segurança patrimonial sobre o tema de respeito aos Direitos Humanos a implantação de critérios de avaliação de direitos humanos no sistema de gestão dos fornecedores, a revisão e divulgação da nova Política de Direitos Humanos e a implantação de novas ações para a promoção da diversidade no quadro de colaboradores Enel, com a criação de grupos de afinidade, treinamentos e campanhas de comunicação.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançado em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2022, o programa beneficiou 27.186 pessoas e contou com a atuação de 3.757 voluntários, através de 43 atividades, que se dividem entre “Campanhas Sazonais” (surgem durante todo o ano, como arrecadação de doativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras), “Mulheres de Energia” (Voluntárias engenheiras sensibilizando mulheres para o mercado de trabalho em carreiras STEM) e “Natal do Bem” (Campanha de Natal envolvendo doação de colaboradores para que grupos produtivos desenvolvam brinquedos educativos que são distribuídos em instituições de crianças em vulnerabilidade social).

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: O Ser é o programa de cultura interna de Sustentabilidade da Enel, que, desde 2015, por meio dos seus quatro pilares - Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano - tem o objetivo de destacar o comprometimento e a atuação socioambiental e de governança – ESG da Enel, com ênfase na proteção dos direitos humanos. A edição de 2022 trouxe conteúdos relacionados a missão da Enel de conduzir até 2040 para uma transição justa ao Net Zero. Foram 6.613 participantes em 35 eventos on-line para todo o Brasil. Os temas, conduzidos por 70 facilitadores internos e externos, foram: circularidade, economia consciente, gestão ambiental, transição energética, financiamento sustentável, diversidade, inclusão social, saúde física e mental e direitos humanos.

A Enel Distribuição São Paulo conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia, a 37001 em gestão antissuborno e a 55001 em gestão de ativos.

7 RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

Principais premiações recebidas em 2022

Prêmio ANEFAC - Troféu Transparência 2022

Em 2022, a Enel São Paulo recebeu mais um prêmio em relação à sua prática de divulgação. O Troféu Transparência reconhece e homenageia empresas que possuem em sua divulgação de informações contábeis, as melhores práticas de transparência, governança, relações com stakeholders e preocupação com sustentabilidade.

Certificação Top Employer

A Enel recebeu a certificação como Top Employer 2022 no Brasil. Com base em um benchmark internacional, nossas políticas e práticas de gestão de pessoas foram analisadas, validadas e reconhecidas pela iniciativa, que é promovida pelo Top Employers Institute. Esta é a quarta vez consecutiva em que a nossa empresa ganhou o Selo de Certificação como empregadora de referência.

Valor Inovação Brasil 2022

A inovação está no nosso DNA! A Enel Brasil entrou no ranking "Valor Inovação Brasil 2022" como uma das três empresas mais inovadoras do setor elétrico do Brasil. Para a nossa empresa, inovar é construir soluções, inspirar pessoas, abrir novos caminhos e possibilidades.

100 Open Startups

Pelo segundo ano consecutivo, somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e o desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do Governo Federal. A iniciativa avalia empresas em relação às práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal, e novamente premiada no biênio 2020/2021. Em 2022, a Enel se inscreveu no Pró-Ética 2022/2023 e, após apuração, o resultado será anunciado pela CGU, em dezembro de 2023.

Certificação WELL

Com o objetivo de fornecer indicadores e métricas claras que possam aferir a qualidade dos ambientes e, conseqüentemente, a saúde e o bem-estar dos ocupantes, o International Well Building Institute criou o sistema de certificação WELL. O certificado avalia o desempenho do ambiente de trabalho em várias categorias como ar, alimentação, luz, movimento, conforto térmico, som, materiais e comunidade. Nossa empresa foi a primeira do setor de energia no mundo a receber a certificação Platinum e passa a fazer parte de um seleto grupo de sete organizações brasileiras a conquistar o reconhecimento na América Latina. Além disso, somos a segunda empresa do Brasil e da América Latina a receber o WELL Platinum.

8 RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, informamos que os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), não prestaram durante o exercício de 2022 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

9 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva

Diretoria Executiva	Cargo
Max Xavier Lins	Diretor-Presidente
Raffaele Enrico Grandi	Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores
Alain Rosolino	Diretor de Pessoas e Organização
José Nunes de Almeida Neto	Diretor de Relações Institucionais
Janaina Savino Vilella Carro	Diretor de Comunicação
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretor de Regulação
Ana Claudia Gonçalves Rebello	Diretor Jurídico
Luiz Flavio Xavier de Sá	Diretor de Mercado
Flavia da Silva Barauna	Diretor de Serviços
Fernando Andrade	Diretor de Engenharia e Construção
Marcia Massotti de Carvalho	Diretor de Sustentabilidade
Vicenzo Ruotolo	Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Conselho de Administração

Conselheiros	Cargo
Guilherme Gomes Lencastre	Presidente do Conselho de Administração
Britaldo Pedrosa Soares	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Mario Fernando de Melo Santos	Conselheiro de Administração Titular
Marcia Sandra Roque Vieira Silva	Conselheiro de Administração Titular
Marcia Massotti de Carvalho	Conselheiro de Administração Titular
Gino Celentano	Conselheiro de Administração Titular
Nicola Cotugno	Conselheiro de Administração Titular
Ana Claudia Gonçalves Rebello	Conselheiro de Administração Titular
Alexandre Medunecas	Conselheiro de Administração Titular

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada

Veja as Notas 6 e 23 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.</p> <p>A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.</p> <p>A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, multiplicada pela quantidade de dias não faturados, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none">(1) Avaliamos o ambiente e desenho dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada;(2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora) e (ii) correspondentes tarifas por classe aprovadas pelo órgão regulador;(3) Testamos os lançamentos contábeis manuais executados para registrar a receita para energia distribuída e não faturada; e(4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita não faturada. <p>Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	Reapresentado	
		31.12.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.338.169	1.112.302
Títulos e valores mobiliários	5	6.210	2.968
Consumidores, revendedores e outros	6	3.385.579	3.293.518
Instrumentos financeiros derivativos		68	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7	-	57.434
Outros tributos compensáveis	7	1.205.941	989.823
Contas a receber - acordos	6	444.980	487.729
Ativo financeiro setorial	9	-	955.538
Créditos a receber - subvenção e outros	8	52.791	287.409
Outros créditos		274.397	288.782
Almoxarifado		82.759	24.319
Serviços em curso		466.175	363.098
Despesas pagas antecipadamente		56.667	68.176
Total do ativo circulante		7.313.736	7.931.096
<u>Ativo não circulante</u>			
Consumidores, revendedores e outros	6	23.868	23.868
Ativo financeiro setorial	9	-	828.202
Instrumentos financeiros derivativos	28	112.360	125.116
Outros tributos compensáveis	7	4.113.287	5.208.206
Tributos diferidos	26	4.326.662	4.508.956
Depósitos vinculados		857.326	851.972
Contas a receber - acordos	6	26.777	16.918
Outros créditos		69.238	62.020
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10	1.434.579	1.050.779
Ativo financeiro da concessão	10	7.426.895	6.317.532
Investimento		38.756	34.936
Imobilizado arrendado	14	223.487	263.349
Intangível	10	3.837.039	3.824.864
Total do ativo não circulante		22.490.274	23.116.718
Total do ativo		29.804.010	31.047.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Reapresentado	
		31.12.2022	31.12.2021
Passivo circulante			
Fornecedores	11	2.775.495	3.074.669
Empréstimos e financiamentos	12	385.405	44.048
Debêntures	13	781.662	761.480
Obrigações por arrendamentos	14	55.424	50.327
Subvenções governamentais		845	1.756
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15.1	220.928	-
Outros tributos a pagar	15.2	478.813	608.834
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21	207.601	576.116
Salários, provisões e encargos sociais		125.647	118.882
Encargos setoriais	16	548.904	496.308
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	8.235	11.834
Contas a pagar - acordo Eletrobras	18	354.801	375.145
Provisões para processos judiciais e outros riscos	19	186.069	186.090
Reserva de reversão		7.342	7.342
Instrumentos financeiros derivativos	28	113.617	40.459
Outras obrigações		538.276	673.066
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	967.515	814.140
Passivo financeiro setorial	9	155.234	-
Total do passivo circulante		7.911.813	7.840.496
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	2.667.769	2.496.323
Debêntures	13	3.718.906	3.576.305
Obrigações por arrendamentos	14	182.822	229.735
Subvenções governamentais		59	904
Encargos setoriais	16	103.519	102.319
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	6.395.475	6.654.672
Contas a pagar - acordo Eletrobras	18	58.058	363.777
Provisões para processos judiciais e outros riscos	19	989.717	894.545
Reserva de reversão		22.028	29.371
Instrumentos financeiros derivativos	28	234.906	44.224
Outras obrigações		94.497	110.695
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	4.629.959	6.326.144
Passivo financeiro setorial	9	400.693	-
Total do passivo não circulante		19.498.408	20.829.014
Patrimônio líquido			
Capital social	21	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	21	2.268.430	2.268.430
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	21	(4.229.736)	(4.037.195)
Reserva legal		196.766	196.766
Reserva especial para reforço de capital de giro		1.078.804	-
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	870.778
Total do patrimônio líquido		2.393.789	2.378.304
Total do passivo e do patrimônio líquido		29.804.010	31.047.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	2022	2021
Receita líquida	23	18.772.179	20.658.070
Custo do serviço	24	(14.480.215)	(17.220.252)
Lucro bruto		4.291.964	3.437.818
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas com vendas	24	-	
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	24	(492.759)	(672.773)
Despesas gerais e administrativas	24	(637.127)	(483.532)
Outras receitas e despesas operacionais	24	228.984	174.112
Total despesas operacionais		(900.902)	(982.193)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		3.391.062	2.455.625
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	673.328	575.668
Despesas financeiras	25	(2.024.039)	(1.432.183)
Variações cambiais, líquidas	25	(1.799)	2.578
Total do resultado financeiro		(1.352.510)	(853.937)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.038.552	1.601.688
Imposto de renda e contribuição social			
Contribuição social	26	(96.976)	(31.471)
Imposto de renda	26	(263.507)	(84.888)
Contribuição social diferida	26	(70.525)	(91.031)
Imposto de renda diferido	26	(195.903)	(252.865)
Total dos tributos sobre o lucro		(626.911)	(460.255)
Lucro líquido do exercício		1.411.641	1.141.433
Lucro líquido básico/diluído por ação ordinária	22	7,14874	5,78037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.411.641	1.141.433
Outros resultados abrangentes:		
- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Ajuste de avaliação atuarial - Previdência privada	(106.363)	(285.793)
Ajuste de avaliação atuarial - FGTS - PIA (multa 40%)	10.346	18.115
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliações atuariais	32.645	91.011
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	(97.582)	(24.365)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de	33.177	8.284
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido de tributos	1.283.864	948.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital			Reservas de lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Outros resultados abrangentes/ Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.079.525	2.267.883	547	(3.776.643)	196.766	171.137	759.823	-	2.699.038
<u>Resultado abrangente total:</u>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.141.433	1.141.433
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	(267.678)	-	-	-	-	(267.678)
IRCS sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	91.011	-	-	-	-	91.011
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(24.365)	-	-	-	-	(24.365)
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	8.284	-	-	-	-	8.284
<u>Transações com os acionistas:</u>									
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(171.137)	(759.823)	-	(930.960)
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	-	-	-	-	-	-	-	(97.459)	(97.459)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(241.000)	(241.000)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>									
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	870.778	(870.778)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(102.733)	-	-	-	102.733	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	34.929	-	-	-	(34.929)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.079.525	2.267.883	547	(4.037.195)	196.766	-	870.778	-	2.378.304
<u>Resultado abrangente total:</u>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.411.641	1.411.641
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	(96.017)	-	-	-	-	(96.017)
IRCS sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	32.645	-	-	-	-	32.645
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(97.582)	-	-	-	-	(97.582)
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	33.177	-	-	-	-	33.177
<u>Transações com os acionistas:</u>									
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(870.778)	-	(870.778)
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	-	-	-	-	-	-	-	(207.601)	(207.601)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(190.000)	(190.000)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>									
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	1.078.804	-	(1.078.804)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(98.127)	-	-	-	98.127	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	33.363	-	-	-	(33.363)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.079.525	2.267.883	547	(4.229.736)	196.766	1.078.804	-	-	2.393.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	1.411.641	1.141.433
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	820.130	713.908
Variações monetárias	57.522	(30.524)
Variações cambiais - instrumento derivativo	118.938	(126.860)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(350.756)	(544.055)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	248.717	436.879
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	244.042	235.894
Provisões para processos judiciais e outros riscos	81.508	151.416
Atualização Acordo Eletrobras	68.587	43.394
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	571.191	428.798
Juros sobre obrigações de arrendamento	27.800	15.950
Juros sobre operação com instrumento derivativo	397.936	65.754
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	92.813	186.148
Benefícios pós-emprego	599.876	475.821
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(143)	(680)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	38.651	70.374
Tributos e contribuições sociais diferidos	266.428	343.896
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(451.277)	(1.206.653)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	135.884	25.450
Outros tributos compensáveis	878.801	896.506
Almojarifado	(58.440)	5.162
Serviços em curso	(103.077)	(121.467)
Contas a receber - acordos	(76.300)	(114.119)
Despesas pagas antecipadamente	11.509	(24.134)
Outros créditos	(2.006)	(49.149)
Créditos a receber - subvenção e outros	234.618	(226.393)
Ativo financeiro setorial	1.783.740	(1.760.849)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(421.301)	364.311
Imposto de renda e contribuição social a pagar	192.428	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(1.542.810)	(170.240)
Outros tributos a pagar	(35.539)	92.720
Obrigações sociais e trabalhistas	6.765	1.636
Encargos setoriais	72.149	134.295
Passivo financeiro setorial	555.928	-
Outras obrigações	(158.333)	282.817
	5.717.620	1.737.439
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(503.970)	(165.402)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(18.350)	(15.949)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(326.006)	(24.995)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(166.917)	(26.459)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(958.691)	(744.100)
Pagamento de processos judiciais e outros	(119.755)	(185.344)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(394.650)	(361.112)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	(3)	(401)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.229.278	213.677
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(1.963.570)	(1.547.203)
Consumidores participação financeira	136.907	127.981
Aplicações em investimento de curto prazo	(3.208)	(34.885)
Resgates de investimento de curto prazo	74	71.318
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(76.726)	(78.617)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	(15.305)	(26.835)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.921.828)	(1.488.241)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	2.130.595	4.069.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(1.389.963)	(3.015.932)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(134.023)	(39.295)
Amortizações de operação com instrumento derivativo	-	96.173
Pagamento de obrigações por arrendamento	(79.798)	(64.754)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.608.394)	(754.137)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(1.081.583)	291.055
Varição no caixa líquido da Companhia	225.867	(983.509)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.112.302	2.095.811
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.338.169	1.112.302
	225.867	(983.509)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
1. Receitas	30.148.422	31.557.852
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	30.641.181	32.230.625
Fornecimento de energia elétrica	11.854.312	12.378.968
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	14.061.814	13.027.942
Outras receitas	2.796.219	5.207.536
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.928.836	1.616.179
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(492.759)	(672.773)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(14.419.000)	(17.392.038)
Materiais	(621.257)	(775.617)
Outros custos operacionais	(4.877)	(154.180)
Custo da energia comprada e transmissão	(11.611.429)	(14.852.550)
Serviços de terceiros	(2.181.437)	(1.609.691)
3. Valor adicionado bruto	15.729.422	14.165.814
4. Retenções	(834.605)	(713.908)
Depreciação e amortização	(834.605)	(713.908)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	14.894.817	13.451.906
6. Valor adicionado recebido em transferência	673.328	575.668
Receitas financeiras	673.328	575.668
7. Valor adicionado total a distribuir	15.568.145	14.027.574
8. Distribuição do valor adicionado	15.568.145	14.027.574
Empregados (Colaboradores)	536.643	657.720
Salários e encargos	374.425	491.979
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	(22.294)	(14.453)
Benefícios	157.035	153.698
FGTS	27.477	26.496
Tributos (Governo)	11.601.779	10.795.805
Federais	1.877.270	1.306.070
Imposto de renda e contribuição social	626.911	460.255
COFINS	857.551	612.667
PIS	254.507	132.866
INSS	101.918	66.875
Encargos sociais - Outros	36.383	33.407
Estaduais	4.486.383	4.561.602
ICMS	4.471.646	4.556.384
Outros	14.737	5.218
Municipais	52.018	43.920
ISS	341	201
IPTU	51.299	43.655
Outros	378	64
Encargos setoriais	5.186.108	4.884.213
CDE - Conta de desenvolvimento energético	3.718.570	2.457.099
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	163.714	183.104
Encargos do consumidor - PROINFA	150.053	106.559
Encargos do consumidor - CCRBT	1.123.822	2.113.324
Taxa de fiscalização - ANEEL	29.949	24.127
Remuneração de capitais de terceiros	2.018.082	1.432.616
Juros	2.025.838	1.429.807
Aluguéis	(7.756)	2.809
Remuneração de capitais próprios	1.411.641	1.141.433
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(64.764)	(67.804)
Dividendos e juros sobre capital próprio	397.601	338.459
Lucros retidos	1.078.804	870.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

1.1 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (COVID-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020.

A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, sem prejuízo financeiro para a companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 245.640. O desconto está sendo concedido desde 02 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. O ressarcimento à Companhia ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE, restando R\$ 2.339 como saldo a ser ressarcido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 552, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 - vide nota explicativa nº 9.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irreversíveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. A Companhia efetuou análise e não houve necessidade de solicitar tal pleito.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 521.434, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 9. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.1.5 Reclassificação de saldos comparativos

A Companhia revisou suas políticas contábeis, alinhada com a política das demais distribuidoras do mesmo grupo econômico, procedeu a ajuste de reclassificação para fins de apresentação nas suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, originalmente autorizadas em 24 de fevereiro de 2022, seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O impacto deste assunto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é uma reclassificação de R\$ 1.179.784 do passivo circulante para o ativo circulante e de R\$ 485.355 do passivo não circulante para o ativo não circulante. Não há efeito no patrimônio líquido ou nas demonstrações de resultados, bem como nos cálculos de quaisquer índices financeiros.

	31.12.2021		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	3.074.669	-	3.074.669
Empréstimos e financiamentos	44.048	-	44.048
Debêntures	761.480	-	761.480
Obrigações por arrendamentos	50.327	-	50.327
Subvenções governamentais	1.756	-	1.756
Outros tributos a pagar	608.834	-	608.834
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	576.116	-	576.116
Salários, provisões e encargos sociais	118.882	-	118.882
Encargos setoriais	496.308	-	496.308
Obrigações com benefícios pós-emprego	11.834	-	11.834
Contas a pagar - acordo Eletrobras	375.145	-	375.145
Provisões para processos judiciais e outros riscos	186.090	-	186.090
Reserva de reversão	7.342	-	7.342
Instrumentos financeiros derivativos	40.459	-	40.459
Outras obrigações	673.066	-	673.066
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	814.140	-	814.140
Passivo financeiro setorial	1.179.784	1.179.784	-
Total do passivo circulante	9.020.280		7.840.496
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	2.496.323	-	2.496.323
Debêntures	3.576.305	-	3.576.305
Obrigações por arrendamentos	229.735	-	229.735
Subvenções governamentais	904	-	904
Obrigações com benefícios pós-emprego	6.654.672	-	6.654.672
Contas a pagar - acordo Eletrobras	363.777	-	363.777
Provisões para processos judiciais e outros riscos	894.545	-	894.545
Encargos setoriais	102.319	-	102.319
Reserva de reversão	29.371	-	29.371
Instrumentos financeiros derivativos	44.224	-	44.224
Outras obrigações	110.695	-	110.695
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	6.326.144	-	6.326.144
Passivo financeiro setorial	485.355	485.355	-
Total do passivo não circulante	21.314.369		20.829.014

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.112.302	-	1.112.302
Títulos e valores mobiliários	2.968	-	2.968
Consumidores, revendedores e outros	3.293.518	-	3.293.518
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	57.434	-	57.434
Outros tributos compensáveis	989.823	-	989.823
Contas a receber - acordos	487.729	-	487.729
Ativo financeiro setorial	2.135.322	(1.179.784)	955.538
Créditos a receber - subvenção e outros	287.409	-	287.409
Outros créditos	288.782	-	288.782
Almojarifado	24.319	-	24.319
Serviços em curso	363.098	-	363.098
Despesas pagas antecipadamente	68.176	-	68.176
Total do ativo circulante	9.110.880		7.931.096
Ativo não circulante			
Consumidores, revendedores e outros	23.868	-	23.868
Ativo financeiro setorial	1.313.557	(485.355)	828.202
Instrumentos financeiros derivativos	125.116	-	125.116
Outros tributos compensáveis	5.208.206	-	5.208.206
Tributos diferidos	4.508.956	-	4.508.956
Depósitos vinculados	851.972	-	851.972
Contas a receber - acordos	16.918	-	16.918
Outros créditos	62.020	-	62.020
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	1.050.779	-	1.050.779
Ativo financeiro da concessão	6.317.532	-	6.317.532
Investimento	34.936	-	34.936
Imobilizado arrendado	263.349	-	263.349
Intangível	3.824.864	-	3.824.864
Total do ativo não circulante	23.602.073		23.116.718

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado / IAS 16	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes / IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1° de janeiro de 2023
CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1° de janeiro de 2023
CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1° de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1° de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1° de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para processos judiciais e outros riscos, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

3.1. Revisão e reajuste tarifário

A ANEEL, em reunião pública, que ocorreu em 28 de junho de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 aplicado a partir de 04 de julho de 2022 (Resolução Homologatória nº 3053/2022), aprovando o Reajuste Tarifário Anual positivo de +10,28% composto por reajuste econômico de +13,45 e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +12,04%, sendo de 18,03%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT), e de 10,15%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 592.400, dentre os quais destaca-se principalmente: (i) Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins de R\$ 1.625.000; (ii) excedente do fundo de Itaipu de R\$ 235.200; (iii) Conta Escassez Hídrica de R\$ 526.100; (iv) sobrecontratação de R\$ 4.100, compensado por componentes positivos de (v) R\$ 1.631.000 referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), (vi) R\$ 654.500 de previsão de Risco Hidrológico.

3.2. Bandeira tarifária

Devido a recuperação dos níveis de reservatórios hidráulicos, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores de baixa renda. Foi mantida a bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidores, até o dia 15 de abril de 2022. Desde 16 de abril de 2022 a bandeira tarifária vigente é a verde.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Numerário disponível		72.921	11.459
Numerário em trânsito	4.1	137.053	133.696
CDB-DI		1.128.195	967.147
Total		1.338.169	1.112.302

4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente). Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal. Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remuneradas em média a 96% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 28.2 b.1.1). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2022	31.12.2021
CDB-DI	6.210	2.968
Total	6.210	2.968
Total geral	1.344.379	1.115.270

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes e outros recebíveis como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Uso de estimativas:

Receita não faturada: O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses, vide nota explicativa nº 23.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos relacionados a consumidores e outros estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros – vide quadro no tópico 6.3 abaixo.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa, em que se aplica o percentual de perda de 100% após o período de 5 anos para todas as classes. Cabe ressaltar que para fins fiscais, o reconhecimento de perda permanece inalterado, obedecendo os prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

6.1 Consumidores, revendedores e outros

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

	A vencer		Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	31.12.2022	
	Nota	até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias				mais de 360 dias
Circulante										
Consumidores - distribuição de energia:										
Residencial		587.131	486.309	82.413	168.761	299.657	1.091.086	2.715.357	(1.102.138)	1.613.219
Industrial		52.004	25.684	2.508	6.227	8.077	45.990	140.491	(212.023)	(71.532)
Comercial		224.344	83.721	8.211	16.233	29.052	89.573	451.134	(85.689)	365.445
Rural		248	203	19	52	50	214	786	(203)	583
Poderes Públicos		51.003	4.152	1.163	476	912	1.920	59.626	(1.614)	58.012
Iluminação pública		27.526	3.209	151	287	6.335	99	37.608	(306)	37.302
Serviço público		34.293	1.357	100	408	17	43	36.220	(255)	35.965
Serviço cobráveis		1.302	685	176	335	3	4	2.506	(326)	2.180
Encargos de uso da rede		-	4.241	-	-	-	113	4.355	-	4.355
Receita não faturada		1.333.189	-	-	-	-	-	1.333.189	(9.281)	1.323.908
Particip. Financeira - Consumidor		2	3.446	25	21	111	198	3.804	-	3.804
Concessionárias e permissionárias:										
Energia MVE - Mecanismo de venda excedente		2.345	-	-	-	-	-	2.345	-	2.345
Ressarcimento - leilões de energia		9.994	-	-	-	-	-	9.994	-	9.994
Total - Circulante		2.323.382	613.008	94.768	192.801	344.214	1.229.240	4.797.414	(1.411.835)	3.385.579
Não Circulante										
Consumidores - distribuição de energia:										
Iluminação pública		-	-	-	-	-	24.080	24.080	(212)	23.868
Total - não circulante		-	-	-	-	-	24.080	24.080	(212)	23.868
Total - circulante + não circulante		2.323.382	613.008	94.768	192.801	344.214	1.253.320	4.821.494	(1.412.047)	3.409.447

	A vencer		Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	31.12.2021	
	Nota	até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias				mais de 360 dias
Circulante										
Consumidores Distribuição de energia:										
Residencial		557.075	555.689	77.560	163.555	226.564	853.262	2.433.705	(1.103.912)	1.329.793
Industrial		58.030	31.694	1.993	3.757	6.729	52.554	154.757	(54.174)	100.583
Comercial		276.073	74.843	6.578	13.237	18.658	85.116	474.505	(103.103)	371.402
Rural		275	143	23	55	61	156	713	(234)	479
Poderes Públicos		56.174	3.511	500	1.150	555	2.128	64.018	(1.233)	62.785
Iluminação pública		20.660	469	133	334	349	121	22.066	(309)	21.757
Serviço público		35.048	-	246	47	58	29	35.428	(253)	35.175
Serviço cobráveis		86	224	135	272	3	5	725	(277)	448
Encargos de uso da rede		3.779	-	-	72	-	113	3.964	-	3.964
Receita não faturada		1.224.820	-	-	-	-	-	1.224.820	(12.513)	1.212.307
Particip. Financeira - Consumidor		1.584	201	45	152	160	198	2.340	-	2.340
Concessionárias e permissionárias:										
Energia no curto prazo - CCEE		115.990	-	-	-	-	-	115.990	-	115.990
Energia MVE - Mecanismo de venda excedent	27	21.282	-	-	-	-	-	21.282	-	21.282
Ressarcimento - leilões de energia		15.213	-	-	-	-	-	15.213	-	15.213
Total - Circulante		2.386.089	666.774	87.213	182.631	253.137	993.682	4.569.526	(1.276.008)	3.293.518
Não Circulante										
Iluminação pública		-	-	-	-	-	24.079	24.079	(211)	23.868
Total - não circulante		-	-	-	-	-	24.079	24.079	(211)	23.868
Total - circulante + não circulante		2.386.089	666.774	87.213	182.631	253.137	1.017.761	4.593.605	(1.276.219)	3.317.386

6.2 Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante			
Consumidores		912.203	870.539
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6.3	(467.223)	(382.810)
Saldo líquido de PECLD		444.980	487.729
Não circulante			
Consumidores		33.133	23.667
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6.3	(6.356)	(6.749)
Saldo líquido de PECLD		26.777	16.918
Total circulante + não circulante		471.757	504.647

A Companhia mantém a adoção de medidas que visam atenuar a ocorrência de inadimplência, estas medidas incluem, dentre outras, a facilitação do parcelamento das faturas de energia, que podem ser parceladas em até 12 vezes.

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 31.12.2022
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	282.334	90.432	572.570	945.336
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(9.556)	(30.078)	(433.945)	(473.579)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	272.778	60.354	138.625	471.757

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 31.12.2021
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	362.775	96.237	435.194	894.206
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(42.842)	(30.348)	(316.369)	(389.559)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	319.933	65.889	118.825	504.647

6.3 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

- Individualmente, a Companhia determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada.
- Coletivamente, a Companhia utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantidade relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em ambos os modelos, o Grupo determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2021	Provisões	Perda	Saldo final 31.12.2022
Consumidores	6.1	(1.276.219)	(366.533)	230.705	(1.412.047)
Contas a receber - acordos	6.2	(389.559)	(109.190)	25.170	(473.579)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(4.634)	(23.307)	501	(27.440)
Outros créditos		(5.390)	(1.046)	-	(6.436)
Total		(1.675.802)	(500.076)	256.376	(1.919.502)
Circulante		(1.668.841)			(1.912.934)
Não circulante		(6.961)			(6.568)
Total		(1.675.802)			(1.919.502)

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2020	Provisões	Perda	Saldo final 31.12.2021
Consumidores		(955.913)	(535.706)	215.400	(1.276.219)
Contas a receber - acordos		(280.061)	(138.504)	29.006	(389.559)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(7.470)	1.196	1.640	(4.634)
Outros créditos		(4.464)	(926)	-	(5.390)
Total		(1.247.908)	(673.940)	246.046	(1.675.802)
Circulante		(1.244.749)			(1.668.841)
Não circulante		(3.159)			(6.961)
Total		(1.247.908)			(1.675.802)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e “*cash back*” para as contas de energia vencidas ou não.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão	(500.076)	(673.940)
Receita com recuperação de perdas	7.317	1.167
	(492.759)	(672.773)

7. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante			
Contribuição social		-	12.587
Imposto de renda		-	24.206
Imposto de renda retido na fonte		-	20.641
Total		-	57.434

Os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar são apresentados líquidos dos montantes dos impostos de renda e contribuição social compensáveis. O saldo de imposto de renda apresentado é composto pelo montante de imposto de renda a pagar de R\$ 187.095 e do montante do imposto de renda compensável no montante de R\$ 18.678. E o saldo de contribuição social apresentado é composto pelo montante de contribuição social a pagar de R\$ 56.363 e do montante de contribuição social compensável no montante de R\$ 3.852– vide nota explicativa nº 15.

Outros tributos compensáveis		31.12.2022	31.12.2021
Circulante			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	967.515	814.140
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		124.570	103.685
ICMS - Compra de créditos		74.959	30.945
COFINS		31.282	33.122
PIS		7.493	7.847
INSS		122	84
Total		1.205.941	989.823
Não circulante			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	4.019.996	5.117.610
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		93.291	90.596
Total		4.113.287	5.208.206
Total circulante + não circulante		5.319.228	6.198.029

7

8. Créditos a receber – subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como “outras receitas” denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide quadro abaixo:

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
CDE compensação - liminar		-	16.238
Subvenção baixa renda		21.906	2.179
Previsão ajuste CDE ciclo corrente		19.160	-
Subsídio CDE mensal - ciclo corrente	8.1	9.386	23.353
Bônus - Redução Voluntária de consumo	8.2	2.339	245.639
		52.791	287.409

8.1 Em dezembro de 2022, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.

8.2 Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 245.640, restando um saldo de R\$ 2.339 a ser ressarcido.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Saldos em 31.12.2021	Diferimentos	Amortização	Escassez Hídrica/ CDE Eletrobrás/ Itaipu	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldos em 31.12.2022	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
											Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais														
CVA Ativa e Passiva	2.352.146	716.817	(1.502.877)	-	(1.036.452)	167.899	(171.085)	526.448	(487.722)	1.014.170	1.156.122	318.284	(478.976)	(468.981)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	779.036	485.109	-	-	-	53.703	(900.409)	417.439	417.439	-	208.720	208.720	-	-
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA	14.558	97.406	(66.174)	-	-	9.114	-	54.904	1.659	53.245	54.073	831	-	-
Transporte de energia pela rede básica	65.251	166.743	(60.398)	-	-	12.669	-	184.265	125.308	58.957	121.611	62.654	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	33.913	26.546	(29.712)	-	-	3.667	-	34.414	18.808	15.606	25.011	9.403	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(89.233)	499.540	(195.497)	-	-	34.738	(1.289)	248.259	72.065	176.194	211.583	36.676	-	-
Custos de Aquisição de Energia	562.725	(926.705)	(944.135)	-	148.683	12.367	730.613	(416.452)	(924.779)	508.327	333.283	-	(379.865)	(369.870)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	985.896	368.178	(206.961)	-	(1.185.135)	41.641	-	3.619	(198.222)	201.841	201.841	-	(99.111)	(99.111)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(568.406)	2.058.755	623.259	(1.310.619)	(119.409)	(33.618)	(1.732.338)	(1.082.376)	(1.710.693)	628.318	582.083	566.905	(1.414.463)	(816.901)
Neutralidade da Parcela A	12.679	(19.601)	4.177	-	-	4.857	-	2.112	(1.055)	3.167	8.066	-	(2.977)	(2.977)
Sobrecontratação de energia	112.729	388.634	(105.598)	-	(103.966)	1.868	-	293.667	295.739	(2.072)	147.870	147.869	(2.072)	-
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(109.272)	-	72.847	-	-	-	-	(36.425)	-	(36.425)	-	-	(36.425)	-
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(209.796)	(77.436)	-	-	-	(31.496)	-	(318.728)	(318.728)	-	-	-	(159.364)	(159.364)
Risco hidrológico	(797.339)	(456.623)	527.625	-	-	(40.717)	-	(767.054)	(339.154)	(427.900)	-	-	(597.477)	(169.577)
Antecipação da parcela B	140.000	140.000	(152.167)	-	-	24.335	-	152.168	-	152.168	152.167	-	-	-
Bandeira escassez hídrica	-	263.503	-	-	-	10.477	-	273.980	273.980	-	273.980	-	-	-
Outros	282.593	1.820.278	276.375	(1.310.619)	(15.443)	(2.942)	(1.732.338)	(682.096)	(1.621.475)	939.380	-	419.036	(616.148)	(484.983)
Total	1.783.740	2.775.572	(879.618)	(1.310.619)	(1.155.861)	134.281	(1.903.423)	(555.928)	(2.198.415)	1.642.488	1.738.205	885.189	(1.893.439)	(1.285.882)

9.1 A redução no diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente a redução da taxa de câmbio (dólar médio), que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5,13, enquanto o dólar médio considerado na tarifa foi de R\$ 5,15.

9.2 O diferimento ativo de transporte de energia rede básica é devido das novas tarifas de transmissão (TUST rede básica e TUST fronteira) que passaram a vigorar a partir de julho de 2022.

9.3 CDE: maior diferimento devido reajuste das cotas homologadas, conforme resolução homologatória nº 3.004 de dezembro de 2021 que definiu as cotas mensais de janeiro de 2022 até abril de 2022 e a resolução homologatória nº 3.034 de 26 de abril 2022 que definiu as cotas mensais de maio de 2022 a dezembro 2022.

9.4 O diferimento passivo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pela redução do risco hidrológico, menor geração termoelétrica no período, combinado com a redução do PLD médio (Preço de Liquidação das Diferenças) e manutenção da bandeira escassez hídrica até 15 de abril de 2022.

9.5 Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi constituída uma adição de R\$ 263.503 referente ao recebimento da escassez hídrica, conforme as variações via mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.6 Outros:

(i) Recebimento Escassez Hídrica, CDE Eletrobrás e Itaipu, no montante total de R\$ 1.310.619, refere-se:

- Escassez Hídrica - Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, foi contratada operação financeira com o objetivo de custear medidas de combate à escassez hídrica vivenciada no 2º semestre de 2021. Tal operação foi aprovada a partir da Resolução Normativa nº 1.008/2022, de 15 de março de 2022, alterada pela Resolução Normativa nº 1.019/2022, de 19 de abril de 2022. O Despacho nº 1.177/2022, de 3 de maio de 2022, indicou a data de 9 de maio para fixar os valores dos recursos da Conta Escassez Hídrica a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica referentes aos montantes de recursos solicitados nos Termos de Aceitação às disposições do Decreto nº 10.939/2022. Dessa forma, a Companhia recebeu o montante de R\$ 521.434. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 3.
- CDE Eletrobrás - Recebimento dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras no valor de R\$ 553.985 de acordo com o Despacho Nº 1.959/2022, de 21 de julho de 2022.
- Itaipu: Recebimento conforme a Resolução Normativa nº 3.093/22, de 16 de agosto de 2022 referente ao excedente de recursos da conta de comercialização de Itaipu repassado as distribuidoras com efeito médio ao consumidor superior a 10%, no valor de R\$ 235.200.

(ii) A reclassificação no montante total de R\$ 1.903.423 é referente ao PIS/COFINS sobre ICMS, e que foi reclassificado como amortização para rubrica “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores” representando o total devolvido aos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações, vide nota explicativa nº. 20.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Saldos em 31.12.2020	Adição	Amorti-zação	Recebimento bandeiras tarifárias	Remu-neração	Transfe-rências	Saldos em 31.12.2021	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
										Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais													
CVA Ativa e Passiva	872.776	4.240.359	(639.632)	(2.209.315)	88.359	(401)	2.352.146	1.639.721	712.425	1.645.554	933.129	(120.874)	(105.663)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	891.362	1.044.556	-	-	23.305	(1.180.187)	779.036	779.036	-	389.518	389.518	-	-
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA	(4.770)	27.596	(17.508)	-	1.299	7.941	14.558	452	14.106	14.332	226	-	-
Transporte de energia pela rede básica	(16.553)	75.877	4.252	-	1.675	-	65.251	63.689	1.562	33.407	31.844	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	14.710	27.034	(9.179)	-	1.348	-	33.913	18.738	15.175	24.544	9.369	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	36.515	(50.798)	(67.822)	-	1.655	(8.783)	(89.233)	(112.640)	23.407	23.408	-	(56.320)	(56.321)
Custos de Aquisição de Energia	(185.821)	1.973.122	(511.022)	(1.952.934)	58.752	1.180.628	562.725	(88.419)	651.144	663.882	12.739	(64.554)	(49.342)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	137.333	1.142.972	(38.353)	(256.381)	325	-	985.896	978.865	7.031	496.463	489.433	-	-
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(849.885)	(290.891)	650.247	(28.230)	(50.048)	401	(568.406)	(155.872)	(412.532)	489.768	380.428	(1.058.910)	(379.692)
Neutralidade da Parcela A	44.619	14.517	(47.203)	-	345	401	12.679	24.668	(11.989)	12.334	12.334	(11.989)	-
Sobrecontratação de energia	106.709	66.673	(33.742)	(28.230)	1.319	-	112.729	5.125	107.604	110.167	2.562	-	-
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(182.119)	-	72.847	-	-	-	(109.272)	-	(109.272)	-	-	(292.843)	183.571
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(131.769)	(70.100)	-	-	(7.927)	-	(209.796)	(209.796)	-	-	-	-	(209.796)
Risco hidrológico	(681.469)	(783.731)	680.889	-	(13.028)	-	(797.339)	(410.804)	(386.535)	-	-	(591.936)	(205.403)
Antecipação da parcela B	-	140.000	-	-	-	-	140.000	140.000	-	69.998	70.000	-	-
Outros	(5.856)	341.750	(22.544)	-	(30.757)	-	282.593	294.935	(12.340)	297.269	295.532	(162.142)	(148.064)
Total	22.891	3.949.468	10.615	(2.237.545)	38.311	-	1.783.740	1.483.849	299.893	2.135.322	1.313.557	(1.179.784)	(485.355)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Contratos de concessão público – privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a próxima em 4 de julho de 2023.

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Ativo contratual	10.1	1.434.579	1.050.779
Ativo financeiro da concessão	10.2	7.426.895	6.317.532
Intangível			
Ativo intangível da concessão	10.3	3.837.039	3.824.864
Total dos contratos de concessão público - privado		12.698.513	11.193.175

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 19,65% a.a. exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (30,26% a.a. exercício findo em 31 de dezembro de 2021), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
Saldos em 31 de dezembro de 2020		687.915	(142.174)	545.741
Adições		1.744.159	(127.981)	1.616.178
Transferências para intangível da concessão	10.3	(576.807)	20.344	(556.463)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(612.306)	57.629	(554.677)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.242.961	(192.182)	1.050.779
Adições		2.065.743	(136.907)	1.928.836
Transferências para intangível da concessão	10.3	(831.711)	65.500	(766.211)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(1.013.399)	234.574	(778.825)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.463.594	(29.015)	1.434.579

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Uso de estimativas:

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos e, somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do novo valor de reposição - “VNR” depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2022 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial		6.317.532	5.247.418
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	778.825	554.677
Baixas	24	(20.218)	(28.618)
Atualização do ativo financeiro da concessão	23	350.756	544.055
Saldo final	10.2.1	7.426.895	6.317.532

10.2.1. O aumento do saldo do ativo financeiro indenizável de concessão representa um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria de rede que entraram em operação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

10.3 Intangível da concessão

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Uso de estimativas:

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

Ativo intangível da concessão	31.12.2022	31.12.2021
Ativo intangível - custo	8.932.714	8.255.932
Amortização acumulada	(5.095.675)	(4.431.068)
Total do ativo intangível da concessão	3.837.039	3.824.864

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2020		8.972.766	(957.374)	8.015.392	(4.055.793)	3.959.599
Adições		7.695	-	7.695	(727.393)	(719.698)
Baixas		(323.618)	-	(323.618)	288.176	(35.442)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	63.942	63.942
Transferências do ativo contratual	10.1	576.807	(20.344)	556.463	-	556.463
Saldos em 31 de dezembro de 2021		9.233.650	(977.718)	8.255.932	(4.431.068)	3.824.864
Adições		19.954	-	19.954	(819.485)	(799.531)
Baixas		(109.383)	-	(109.383)	87.130	(22.253)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	67.748	67.748
Transferências do ativo contratual	10.1	831.711	(65.500)	766.211	-	766.211
Saldos em 31 de dezembro de 2022		9.975.932	(1.043.218)	8.932.714	(5.095.675)	3.837.039

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 28.1.1.

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante			
Itaipu		177.979	610.796
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		47.202	-
Suprimento de energia elétrica		935.838	773.827
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	27	4.336	4.004
Energia livre		73.216	65.121
Encargos de uso de rede elétrica		309.639	809.953
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	27	1.482	1.255
Total energia		1.549.692	2.264.956
Material e serviços		732.968	689.134
Material e serviços - partes relacionadas	27	492.835	120.579
Total Fornecedores		2.775.495	3.074.669

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante destas operações é de R\$ 103.936 (R\$ 127.606 em 31 de dezembro de 2021).

12. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

12.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Ref.	Venci-mento	Taxa efetiva a.a (%) (ii)	31.12.2022							Total Circulante + Não Circulante	
			Circulante				Não Circulante				
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Moeda nacional											
FINEP 2 (i)	c.1	2024	TJLP+5,00	43	13.848	-	13.891	4.839	-	4.839	18.730
BNP 4131 IV (ii)	c.5	2024	BRL + 8,41% a.a.	68	-	-	68	274.807	-	274.807	274.875
Total - Moeda nacional				111	13.848	-	13.959	279.646	-	279.646	293.605
Moeda estrangeira											
BNP 4131 II	c.2	2024	USD + 1,71% a.a.	1.236	-	-	1.236	229.652	-	229.652	230.888
BNP 4131 III	c.3	2024	USD + 1,97% a.a.	1.747	-	-	1.747	436.339	-	436.339	438.086
SCOTIABANK 4131 II	c.4	2025	USD + 2,31% a.a.	580	-	-	580	205.755	-	205.755	206.335
SCOTIABANK 4131 III	c.6	2026	USD + 2,61% a.a.	2.607	-	-	2.607	290.545	-	290.545	293.152
MUFG 4131	c.7	2024	USD + 1,95% a.a.	1.310	-	-	1.310	201.791	-	201.791	203.101
SCOTIABANK 4131 IV	c.8	2025	USD + 2,37% a.a.	2.985	-	-	2.985	402.135	-	402.135	405.120
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	a.1	2037	USD + 3,76% a.a.	1.716	-	-	1.716	125.563	-	125.563	127.279
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	a.2	2037	USD + 3,61% a.a.	6.584	-	-	6.584	496.766	(423)	496.343	502.927
Total - Moeda estrangeira				18.765	-	-	18.765	2.388.546	(423)	2.388.123	2.406.888
Total - Empréstimos e financiamentos				18.876	13.848	-	32.724	2.668.192	(423)	2.667.769	2.700.493
Notas Promissórias											
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	c.9	2023	100% do CDI+0,97% a.a.	47.884	305.000	(203)	352.681	-	-	-	352.681
Total - Notas promissórias				47.884	305.000	(203)	352.681	-	-	-	352.681
Total da Dívida				66.760	318.848	(203)	385.405	2.668.192	(423)	2.667.769	3.053.174

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Venci-mento	Taxa efetiva a.a. (%) (ii)	31.12.2021							Total Circulante + Não Circulante
			Circulante				Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos:										
Moeda nacional										
	2024	TJLP+5,00	64	12.870	-	12.934	18.598	-	18.598	31.532
	2024	BRL + 8,41% a.a.	68	-	-	68	277.857	-	277.857	277.925
Total - Moeda nacional			132	12.870	-	13.002	296.455	-	296.455	309.457
Moeda estrangeira										
	2024	USD + 1,71% a.a.	1.321	-	-	1.321	245.621	-	245.621	246.942
	2024	USD + 1,97% a.a.	1.868	-	-	1.868	466.679	-	466.679	468.547
	2025	USD + 2,31% a.a.	620	-	-	620	220.061	-	220.061	220.681
	2026	USD + 2,61% a.a.	2.833	-	-	2.833	310.747	-	310.747	313.580
	2024	USD + 1,95% a.a.	1.324	-	-	1.324	215.822	-	215.822	217.146
	2025	USD + 2,37% a.a.	3.193	-	-	3.193	430.096	-	430.096	433.289
Total - Moeda estrangeira			11.159	-	-	11.159	1.889.026	-	1.889.026	1.900.185
Total - Empréstimos e financiamentos			11.291	12.870	-	24.161	2.185.481	-	2.185.481	2.209.642
Notas Promissórias										
	2022	100% do CDI+0,97% a.a.	197	10.000	-	10.197	-	-	-	10.197
	2022	100% do CDI+0,97% a.a.	197	10.000	-	10.197	-	-	-	10.197
	2023	100% do CDI+0,97% a.a.	-	-	(509)	(509)	311.013	(170)	310.843	310.334
Total - Notas promissórias			394	20.000	(509)	19.885	311.013	(170)	310.843	330.728
Total da Dívida			11.685	32.870	(509)	44.046	2.496.494	(170)	2.496.324	2.540.370

(i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) Os contratos European Investment Bank (BEI) 26 MUSD, European Investment Bank (BEI) 104 MUSD e BNP IV 4131 são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: Para a FINEP a Companhia possui 2 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 23.780, com taxas contratuais que variam de 0,65% a 1,30%a.a.; para a dívida do European Investment Bank (BEI) conta com garantia da Enel SpA com taxa de 0,52%a.a., e para a dívida do European Investment Bank (BEI) Enel SpA na modalidade SACE com taxa de 0,52%a.a.

12.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a.	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	R\$ 134.654	Setembro de 2022	USD + 3,76% a.a.	Semestral	Semestral a partir de setembro 2025	Setembro de 2037	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
a.2	European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	R\$ 538.616	Setembro de 2022	USD + 3,61% a.a.	Semestral	Semestral a partir de setembro 2025	Setembro de 2037	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

a.1 Em 22 de junho de 2022 a Companhia fechou a proposta com o European Investment Bank (BEI) no montante de USD 26.000, com desembolso em 01 de setembro de 2022, a uma taxa de USD + 3,763% e vencimento em 01 de setembro de 2037. Na data de 17 de agosto de 2022, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de USD + 3,763% para CDI + 0,01% a.a. O swap tem vigência com início em 01 de setembro de 2022 e vencimento em 01 de setembro de 2037.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.2 Em 22 de junho de 2022 a Companhia fechou a proposta com o European Investment Bank (BEI) no montante de USD 104.000, com desembolso em 1 de setembro de 2022, a uma taxa de USD + 3,61% e vencimento em 01 de setembro de 2037. Na data de 17 de agosto de 2022, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de USD +3,61% para CDI - 0,18% a.a. O swap tem vigência com início em 01 de setembro de 2022 e vencimento em 01 de setembro de 2037.

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	FINEP - 2º Protocolo FINEP - 2º	R\$ 55.301 R\$ 41.448	Agosto de 2014 Novembro de 2017	TJLP - 1% TJLP - 1%	Mensal Mensal	Mensal (a partir de abril/2017)	abril de 2024 abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
b.2	BNP 4131 II	R\$ 250.000	Março de 2021	Dólar + 1,71%	Semestral	Bullet	março de 2024	Reforço de capital de giro
b.3	BNP III 4131	R\$ 475.000	Abril de 2021	USD + 1,97%	Semestral	Bullet	abril de 2024	Reforço de capital de giro
b.4	SCOTIABANK II 4131	R\$ 209.000	Maio de 2021	USD + 2,31%	Semestral	Bullet	maio de 2025	Reforço de capital de giro
b.5	BNP IV 4131	R\$ 290.000	Junho de 2021	8,41% a.a	Semestral	Bullet	junho de 2024	Reforço de capital de giro
b.6	SCOTIABANK III 4131	R\$ 300.000	Agosto de 2021	USD + 2,61%	Semestral	Bullet	agosto de 2026	Reforço de capital de giro
b.7	MUFG 4131	R\$ 200.000	Setembro de 2021	USD + 1,95%	Semestral	Bullet	setembro de 2024	Reforço de capital de giro
b.8	SCOTIABANK IV 4131	R\$ 400.000	Setembro de 2021	USD + 2,37%	Semestral	Bullet	setembro de 2025	Reforço de capital de giro
b.9	NOTAS PROMISSÓRIAS - 7ª EMISSÃO	R\$ 315.000	Outubro de 2021	CDI + 0,97%	Bullet	R\$ 305.000	abril de 2023	Reforço de capital de giro

c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	NOTAS PROMISSÓRIAS - 7ª EMISSÃO	R\$ 10.000	Outubro de 2021	CDI + 0,97%	Bullet	Bullet	abril de 2022 outubro de 2022	Reforço de capital de giro

d) Empréstimos e financiamentos obtidos e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
d.1	Enel BR I	R\$ 101.160	Janeiro de 2022	CDI + 1,48%	Bullet	Bullet	maio de 2022	Reforço de capital de giro
d.2	Enel BR II	R\$ 121.367	Janeiro de 2022	CDI + 1,48%	Bullet	Bullet	maio de 2022	Reforço de capital de giro
d.3	Enel BR III	R\$ 80.841	Janeiro de 2022	CDI + 1,48%	Bullet	Bullet	maio de 2022	Reforço de capital de giro
d.4	Enel BR IV	R\$ 353.957	Março de 2022	CDI + 1,20%	Bullet	Bullet	junho de 2022	Reforço de capital de giro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	352.681	11%	330.728	13%
TJLP	18.730	1%	31.532	1%
Taxa fixa	274.875	9%	277.925	11%
Moeda estrangeira				
Dólar	2.406.888	79%	1.900.185	75%
Total	3.053.174	100%	2.540.370	100%

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais.

12.4 Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

Prazo	Empréstimos e financiamentos	Custos a amortizar	Total
2024	1.147.428	(31)	1.147.397
2025	660.066	(31)	660.035
2026	342.722	(31)	342.691
2027	52.177	(31)	52.146
2028 em diante	465.799	(299)	465.500
	2.668.192	(423)	2.667.769

12.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

Indexador	31.12.2022
	%
CDI (*)	13,65
SELIC (*)	13,65
TJLP (*)	7,37
IPCA (**)	5,79
Dólar (*)	5,22

(*) Índice do último dia do exercício.

(**) Índice acumulado exercício findo em 31 de dezembro de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.6 Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

Empréstimos e financiamentos	Saldo inicial 31.12.2021	Efeito caixa			Efeito não caixa					Saldo final 31.12.2022	
		Atividade de financiamento			Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação		Outras movimentações
		Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
FINEP	31.532	-	(14.664)	(1.353)	128	1.331	-	-	-	1.756	18.730
BNP II	246.942	-	-	(3.942)	-	3.940	-	(16.052)	-	-	230.888
BNP 4131 III	468.547	-	-	(8.326)	-	8.578	-	(30.713)	-	-	438.086
SCOTIABANK 4131 II	220.681	-	-	(4.793)	-	4.759	-	(14.312)	-	-	206.335
BNP 4131 IV	277.925	-	-	(24.728)	-	24.728	(3.050)	-	-	-	274.875
SCOTIABANK 4131 III	313.580	-	-	(7.549)	-	7.572	-	(20.451)	-	-	293.152
MUFG 4131	217.146	-	-	(3.949)	-	4.021	-	(14.117)	-	-	203.101
SCOTIABANK 4131 IV	433.289	-	-	(9.523)	-	9.517	-	(28.163)	-	-	405.120
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	-	134.654	-	1	-	1.747	(10.097)	974	-	-	127.279
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	-	538.616	-	1	-	6.706	(45.875)	3.903	7	(431)	502.927
Total - Empréstimos e financiamentos	2.209.642	673.270	(14.664)	(64.161)	128	72.899	(59.022)	(118.931)	7	1.325	2.700.493
Empréstimos com partes relacionadas											
Enel BR I	-	101.160	(101.160)	(4.171)	-	4.171	-	-	-	-	-
Enel BR II	-	121.367	(121.367)	(4.851)	-	4.851	-	-	-	-	-
Enel BR III	-	80.841	(80.841)	(2.721)	-	2.721	-	-	-	-	-
Enel BR IV	-	353.957	(353.957)	(10.748)	-	10.748	-	-	-	-	-
Total - Empréstimos com partes relacionadas	-	667.325	(667.325)	(22.491)	-	22.491	-	-	-	-	-
Notas Promissórias											
Notas Promissórias - 7ª Emissão (1ª série)	10.197	-	(10.000)	(490)	-	293	-	-	-	-	-
Notas Promissórias - 7ª Emissão (2ª série)	10.197	-	(10.000)	(1.209)	-	1.012	-	-	-	-	-
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	310.335	-	-	-	-	41.871	-	-	601	(126)	352.681
Total - Notas Promissórias	330.729	-	(20.000)	(1.699)	-	43.176	-	-	601	(126)	352.681
Total da dívida	2.540.371	1.330.595	(691.989)	(88.351)	128	138.566	(59.022)	(118.931)	608	1.199	3.053.174

12.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

(i) **Capacidade de endividamento**: mede o nível de endividamento líquido (*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado (**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(*) **Endividamento líquido**: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(**) **LAJIDA (*EBITDA*) ajustado** – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

13. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo valor justo por meio do resultado - vide nota explicativa nº 28.1.1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

Debêntures	Ref.	Venci-mento	Taxa efetiva a.a (%)	31.12.2022							
				Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
				Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	b.1	2023	112,85% CDI	30.135	697.974	(747)	727.362	-	-	-	727.362
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	b.2	2025	100% CDI + 1,16%	12.187	-	-	12.187	700.000	(4.471)	695.529	707.716
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (i)	b.2	2026	100% IPCA + 5,05%	4.955	-	-	4.955	932.877	(11.640)	921.237	926.192
Debêntures - 25ª Emissão (i)	b.3	2031	100% IPCA + 4,26%	7.062	-	-	7.062	746.975	(23.505)	723.470	730.532
Debêntures - 26ª Emissão	b.4	2028	100% CDI + 1,64%	20.088	-	-	20.088	575.000	(796)	574.204	594.292
Debêntures - 27ª Emissão (i)	a.1	2032	100% CDI + 0,82%	10.008	-	-	10.008	829.945	(25.479)	804.466	814.474
Total				84.435	697.974	(747)	781.662	3.784.797	(65.891)	3.718.906	4.500.568

Debêntures	Venci-mento	Taxa efetiva a.a (%)	31.12.2021							
			Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	2023	112,85% CDI	32.965	697.975	(1.766)	729.174	697.973	(746)	697.227	1.426.401
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	2025	100% CDI+1,16%	8.150	-	-	8.150	700.000	(6.634)	693.366	701.516
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	2026	100% IPCA+5,05%	4.840	-	-	4.840	903.243	(14.559)	888.684	893.524
Debêntures - 25ª Emissão	2031	100% IPCA+4,26%	6.817	-	-	6.817	749.058	(26.325)	722.733	729.550
Debêntures - 26ª Emissão	2028	100% CDI+1,64%	12.622	-	(121)	12.501	575.000	(706)	574.294	586.795
Total			65.394	697.975	(1.887)	761.482	3.625.274	(48.970)	3.576.304	4.337.786

- (i) Os contratos 24ª emissão de debêntures 2ª série, 25ª emissão e 27ª emissão são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A.

13.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

a) Debêntures obtidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a. 1	DEBÊNTURES 27ª EMISSÃO não conversível	R\$ 800.000	12/05/2022	CDI + 0,82%	Semestral	266.666 266.666 266.667	abril de 2029 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

a.1 Em 05 de abril de 2022 a Companhia fechou a proposta da 27ª emissão de debêntures simples, em série única, não conversíveis, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de 800.000, com desembolso em 12 de maio de 2022, a uma taxa de IPCA + 6,1385% a.a. e vencimento em 15 de abril de 2032. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de IPCA + 6,1385% a.a. para CDI + 0,82% a.a. O swap tem vigência com início em 12 de maio de 2022 e vencimento em 15 de abril de 2032.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Debêntures obtidas em exercícios anteriores e vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	23ª EMISSÃO (2ª Série) não conversível	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	697.974 697.974	setembro 2023	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas.
b.2	24ª Emissão (1ª Série) não conversível	R\$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	350.000 350.000	maio de 2024 maio de 2025	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de Energia Elétrica.
	24ª Emissão (2ª Série) não conversível	R\$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	800.000	maio de 2026	
b.3	DEBÊNTURES 25ª EMISSÃO não conversível	R\$ 720.000	Abril de 2021	IPCA + 4,26%	Semestral	245.060 245.059 240.048	abril de 2029 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
b.4	DEBÊNTURES 26ª EMISSÃO não conversível	R\$ 575.000	Outubro de 2021	CDI + 1,64%	Anual	287.500 287.500	outubro 2027 outubro de 2028	Reforço de capital de giro

c) Obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
n/a	23ª EMISSÃO (2ª série) não conversível	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	697.974 697.974	setembro 2022	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas.

13.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	2.029.370	45%	2.714.712	63%
IPCA	2.471.198	55%	1.623.074	37%
Total	4.500.568	100%	4.337.786	100%

13.4 Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

Prazo	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2024	350.000	(14.454)	335.546
2025	350.000	(12.574)	337.426
2026	932.877	(8.365)	924.512
2027	287.500	(6.427)	281.073
2028 em diante	1.864.420	(24.071)	1.840.349
	3.784.797	(65.891)	3.718.906

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.5 Movimentações das debêntures:

Saldo inicial 31.12.2021	Efeito caixa			Efeito não caixa					Saldo final 31.12.2022		
	Atividade de financiamento			Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização ou custos de transação			
	Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros								
Debêntures - 23ª emissão	1.428.401	(697.974)	(158.888)	-	156.037	-	-	1.768	-	727.362	
Debêntures - 24ª emissão 1ª série	701.516	-	(85.801)	-	89.838	-	-	2.163	-	707.716	
Debêntures - 24ª emissão 2ª série (i)	893.523	-	(38.996)	52.418	39.112	(22.784)	-	2.919	-	926.192	
Debêntures - 25ª emissão (i)	729.550	-	(33.877)	43.283	34.121	(46.366)	-	2.821	-	730.532	
Debêntures - 26ª Emissão	586.795	-	(71.307)	-	78.775	-	-	135	(106)	594.282	
Debêntures - 27ª Emissão (i)	-	800.000	-	(20.885)	9.062	30.873	20.883	-	1.592	(27.071)	814.474
Total	4.337.785	800.000	(697.974)	(409.714)	104.763	428.756	(47.267)	11.396	(27.177)	4.500.568	

14. Obrigações por arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

Obrigações por arrendamentos	31.12.2022	31.12.2021	Vencimento máximo	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros a.a.
Veículos e outros meios de transporte	154.200	102.370	12/02/2027	26	Mensal	de 10,75% a.a até 12,88% a.a
Ativos de tecnologia	-	3.284	n/a	-	n/a	n/a
Imóveis	82.625	171.255	05/06/2031	24	Mensal	de 4,44% a.a até 18,10% a.a
Terrenos	1.421	3.153	01/01/2024	12	Mensal	de 7,82% a.a até 10,32% a.a
Total	238.246	280.062		62		
Circulante	55.424	50.327				
Não circulante	182.822	229.735				
Total	238.246	280.062				

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

	31.12.2022		Total
	Principal	Juros	
Até um ano - 2023	81.260	(25.836)	55.424
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	242.589	(59.767)	182.822
Até 2 anos - 2024	67.749	(20.350)	47.399
Até 3 anos - 2025	61.454	(15.035)	46.419
Até 4 anos - 2026	56.657	(9.672)	46.985
2027 em diante	56.729	(14.710)	42.019
Total circulante e não circulante	323.849	(85.603)	238.246

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

Ativos de direito de uso	Imóveis	Ativos de tecnologia	Veículos e outros meios de transporte	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	72.853	12.630	89.519	3.963	178.965
Remensuração	105.590	-	29.251	-	134.841
Amortizações	(17.305)	(10.255)	(21.522)	(1.375)	(50.457)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	161.138	2.375	97.248	2.588	263.349
Remensuração	(84.313)	(76.614)	(13.347)	-	(174.274)
Amortizações	6.196	74.240	55.351	(1.375)	134.412
Saldos em 31 de dezembro de 2022	83.021	1	139.252	1.213	223.487

Obrigações por arrendamentos

Saldo inicial 31.12.2021	Efeito não caixa		Efeito caixa		Saldo final 31.12.2022
	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento	Atividade operacional	
			Amortização de principal	Pagamento de juros	
280.062	28.531	27.800	(79.798)	(18.350)	238.245
280.062	28.531	27.800	(79.798)	(18.350)	238.245

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo inicial 31.12.2020	Efeito não caixa		Efeito caixa		Saldo final 31.12.2021
	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento Amortização de principal	Atividade operacional Pagamento de juros	
209.974	134.841	15.950	(64.754)	(15.949)	280.062
209.974	134.841	15.950	(64.754)	(15.949)	280.062

15. Obrigações fiscais

15.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar 15.1

CIRCULANTE

 Imposto de renda
 Contribuição social
Total

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda	168.418	-
Contribuição social	52.510	-
Total	220.928	-

O saldo em 31 de dezembro de 2022 é composto por provisões para imposto de renda e contribuição social líquidos dos pagamentos, pois no exercício de 2022 a Companhia optou pelo regime de apuração mensal.

15.2 outros tributos a pagar

Outros tributos a pagar:

Circulante
Tributos Federais

	31.12.2022	31.12.2021
PIS	16.745	13.420
COFINS	79.106	62.221
INSS	12.634	11.885
IRRF	1.029	4.876
Outros	6.610	6.669
Subtotal - Federais	116.124	99.071

Tributos Estaduais

ICMS	359.932	506.140
Subtotal - Estaduais	359.932	506.140

Tributos Municipais

ISS	2.757	3.623
Subtotal - Municipais	2.757	3.623
Total - Outros tributos a pagar	478.813	608.834

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	16.1	189.672	164.013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	16.1	3.220	3.307
Ministério de Minas e Energia	16.1	1.610	1.653
Eficiência energética	16.1	305.240	278.526
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias		46.385	46.385
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		2.629	2.362
Outros encargos		148	62
Total		548.904	496.308
NÃO CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	16.1	103.519	102.319
Total		103.519	102.319

16.1 As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

17. Obrigações com benefícios pós-emprego

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada com o apoio de atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

Uso de estimativas

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de mortalidade, aumentos salariais e de benefícios de aposentadorias e pensões futuros.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

Tábua de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país e se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A Vivest testa anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Previdência privada</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	13.812.391	14.584.749
Valor justo dos ativos do plano	(7.506.689)	(8.015.617)
Obrigação registrada com previdência privada	6.305.702	6.569.132
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	98.008	97.374
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	98.008	97.374
Total obrigações com benefícios pós-emprego	6.403.710	6.666.506
Circulante	8.235	11.834
Não circulante	6.395.475	6.654.672
Total	6.403.710	6.666.506

17.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Vivest é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Vivest administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando serão suspensas as contribuições e os pagamentos de benefícios. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Vivest ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Em 29 de março de 2022, a Vivest submeteu, para avaliação da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto na Lei Complementar nº 109/2001 e regulado segundo as disposições da Resolução CNPC nº 11/2013. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a PREVIC não havia concluído a sua avaliação.

17.1.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Vivest a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Vivest para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	31.12.2022	31.12.2021
Confissão de dívida IIa	391.330	417.394
Confissão de dívida IIb	203.126	216.654
Contrato de ajustes de reserva matemática	5.695.931	4.255.627
Total dos contratos	6.290.387	4.889.675
Diferença entre premissas	15.315	1.679.459
Total registrado	6.305.702	6.569.134

17.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego
a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	13.910.399	14.682.123
Valor justo dos ativos do plano	(7.506.689)	(8.015.617)
Obrigações registradas com benefícios pós-emprego	6.403.710	6.666.506

b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	14.682.123	14.575.895
Custo dos serviços correntes	5.928	7.088
Custo dos juros	1.324.518	1.010.123
Benefícios pagos pelo plano	(1.548.925)	(1.335.271)
Ganho (perda) atuarial	(553.245)	424.288
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	13.910.399	14.682.123

c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	31.12.2022	31.12.2021
Valor dos ativos do plano no início do exercício	8.015.617	7.878.743
Retorno esperado dos ativos do plano	730.587	541.392
Contribuições do empregador	958.672	744.100
Benefícios pagos	(1.548.925)	(1.335.271)
Ganho (perda) atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(649.262)	156.607
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.506.689	8.015.617

d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	6.666.506	6.697.152
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	5.928	7.091
Juros líquidos conforme laudo atuarial	593.951	468.730
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(958.691)	(744.100)
Transferência para dívida financeira	-	(30.046)
Ajustes de avaliação atuarial	96.016	267.679
Saldo final	6.403.710	6.666.506

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:

	31.12.2022	31.12.2021
Capitalização para infraestrutura em construção	1.469	1.852
Outras contribuições - Contribuição definida	(8.659)	(8.488)
Despesas no exercício com entidade de previdência privada	(7.190)	(6.636)
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	(5.928)	(7.091)
Despesas no exercício com benefícios pós-emprego	(13.118)	(13.727)
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	(1.324.538)	(1.010.123)
Rendimento esperado dos ativos do plano	730.587	541.392
Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial	(593.951)	(468.731)
Total das despesas nos exercícios	(607.069)	(482.458)

f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo no início do período	(7.112.194)	(6.844.514)
Ganho (perda) atuarial gerado pela premissa demográfica	-	(1.283.074)
Ganho atuarial gerada pela taxa de desconto	553.245	3.086.740
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	-	(2.227.953)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(649.262)	156.607
Saldo no final do período	(7.208.211)	(7.112.194)

g) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	Segmento	Distribuição dos investimentos	Distribuição dos investimentos	Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
		31.12.2022	31.12.2021	
Renda fixa	Renda fixa	80,00%	71,86%	até 100%
Renda variável	Renda variável	13,57%	11,20%	até 70%
Imóveis	Imóveis	1,77%	2,18%	até 20%
Outros	Outros	4,66%	14,76%	até 20%
Total	Total	100,00%	100,00%	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Premissas atuariais utilizadas:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Plano BD	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,40%	10,40%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,40%	N/A
Taxa de crescimento salarial	N/A	4,52%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Masculina suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability segregada por sexo, AT-49 Masculina agravada em 10%	Mercer Disability segregada por sexo, N/A
Tábua de mortalidade de inválidos		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Plano BD	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,46%	9,46%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,46%	9,46%
Taxa de crescimento salarial	N/A	4,52%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Masculina suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Light fraca suavizada em 30%	Light fraca suavizada em 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Marculino agravada em 10%	N/A

i) Estimativa da despesa para o exercício de 2023:

	31.12.2023
Custo dos serviços correntes - FGTS	5.703
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego - BD e FGTS	1.372.818
Rendimento esperado dos ativos do plano - BD	(759.191)
Total da despesa projetada	619.330

j) Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	FGTS		Plano de pensão	
Obrigações atuariais em 31 de Dezembro de 2022	98.008		13.812.413	
Taxa de desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto na obrigação do benefício definido	(3.322)	3.524	539.987	(502.937)
Total da obrigação do benefício definido	94.686	101.532	14.352.399	13.309.476

k) Outras informações sobre as obrigações atuariais

Em 31 de dezembro de 2022, a segregação da obrigação atuarial entre ativos e inativos, é de R\$ 118.900 e R\$ 13.623.513, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme laudo atuarial, o valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2023 é de R\$ 993.275.

A duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício é de 7,5 anos (7,9 anos em 31 de dezembro de 2021).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes, conforme laudo atuarial:

1 ano	1.406.821
Entre 2 e 5 anos	5.295.902
Próximos 5 anos	5.717.480
Total de pagamentos esperados do plano	<u>12.420.203</u>

18. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a.

De acordo com o cronograma, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados, a Companhia efetuou o pagamento da 4ª parcela em junho de 2022, no montante de R\$ 394.640.

A seguir é apresentado o cronograma de realização das parcelas:

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal + correção
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	354.801
Junho de 2024	2ª - Advogados	40.909	58.058
			<u>412.859</u>

Os valores estão registrados a custo amortizado e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado. Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

19. Provisões para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

19.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final	Depósitos vinculados	Depósitos vinculados
	31.12.2021					31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
Processos trabalhistas (a)	303.668	46.907	24.447	(48.906)	(5.892)	320.224	102.724	116.401
Processos cíveis (b)	257.315	101.697	48.529	(48.582)	(44.111)	314.848	13.886	10.709
Processos regulatórios (c)	131.168	-	9.822	-	(19.156)	121.834	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (c.1)	159.535	-	14.695	(976)	-	173.254	184.532	168.758
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (c.2)	176.245	18.310	17.036	-	-	211.591	-	-
Outros processos fiscais (c.3)	4.410	303	245	(232)	(1)	4.725	762	715
Processos ambientais (e)	5.126	1.761	290	(1.761)	-	5.416	-	-
Outros processos	8.751	-	24	-	-	8.775	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	1.046.218	168.978	115.088	(100.457)	(69.160)	1.160.667	301.904	296.583
Outras provisões (f)	34.417	-	-	(19.298)	-	15.119	-	-
Total	1.080.635	168.978	115.088	(119.755)	(69.160)	1.175.786		
Circulante	186.090					186.069		
Não circulante	894.545					989.717		
Total	1.080.635					1.175.786		

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final	Depósitos vinculados	Depósitos vinculados
	31.12.2020					31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020
Processos trabalhistas	325.989	39.456	20.535	(66.348)	(15.964)	303.668	116.401	139.049
Processos cíveis	241.378	79.479	39.260	(58.521)	(44.281)	257.315	10.709	7.352
Processos regulatórios	129.612	-	5.459	-	(3.903)	131.168	-	-
Processos fiscais								
PIS/COFINS sobre receitas	145.211	1.634	12.690	-	-	159.535	168.758	152.741
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	71.328	88.680	16.237	-	-	176.245	-	-
Outros processos fiscais	3.990	258	317	(88)	(67)	4.410	715	561
Processos ambientais	4.721	2.242	405	(2.242)	-	5.126	-	-
Outros processos	8.744	272	7	(272)	-	8.751	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	930.973	212.021	94.910	(127.471)	(64.215)	1.046.218	296.583	299.703
Outras provisões	-	92.290	-	(57.873)	-	34.417	-	-
Total	930.973	304.311	94.910	(185.344)	(64.215)	1.080.635		
Circulante	168.917					186.090		
Não circulante	762.056					894.545		
Total	930.973					1.080.635		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Processos trabalhistas:

A Companhia mantém provisão para 1188 processos (842 em 31 de dezembro de 2021), compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados), previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum. As ações envolvem pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria, entre outros.

b) Processos cíveis:

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

c) Processos regulatórios:

A Companhia possui 9 autos de infração (9 em 31 de dezembro de 2021) relacionados à supostas não conformidades, sendo 5 no âmbito judicial e 4 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL.

b.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade Suspensa por liminar em 04/05/2020	20.200	10.071
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade Suspensa por liminar em 30/09/2020	15.446	7.360
nº 0015/TN170	Mai de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	31.013	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.994	34.472
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Decisão em primeira instância desfavorável em 08/10/2021	19.509	56.004
Total				90.162	107.907

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

AI nº 0015/TN170 - Ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de fiscalização que constatou que os registros contábeis da Companhia estariam em desacordo com o manual da ANEEL, na medida em que ao inserir na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) os créditos contra o Poder Público vencidos e não pagos, a Companhia teria descumprido norma regulatória contida no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. Decisões desfavoráveis em primeira e segunda instâncias, com manutenção de decisão liminar suspendendo os efeitos da decisão até decisão final a ser proferida no processo. Em 03 de maio de 2022 foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça negando provimento ao Recurso Especial. Em 24 de maio de 2022 a Companhia apresentou recurso contra a decisão. Em 23 de setembro de 2022 nosso recurso (Agravo Interno) foi rejeitado. Em 13 de novembro de 2022 foi negado seguimento ao nosso Agravo em Recurso Extraordinário. Em 22 de novembro de 2022 apresentamos Agravo Interno que está pendente de julgamento.

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

O montante de R\$ 107.907 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

b.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível	
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria	Maio de 2022	encerrado	-	
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação noprocesso de Nível de Tensão 2009 a 2010	Aguardando decisão	3.581	-	
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração	Aguardando decisão	13.476	2.718	
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes	Aguardando decisão	12.852	3.079	
nº 0012/2022	Julho de 2022	Qualidade do Fornecimento DEC e FEC 2021	Protocolado interposição de recurso	-	63.012	
				Outros	1.763	-
				Total	31.672	68.809

Em cumprimento ao Despacho nº 1.253, de 10 de maio de 2022, a Companhia no dia 06 de junho de 2022, realizou o pagamento da multa no valor total de R\$19.156 com as devidas atualizações financeiras, decorrente do Auto de Infração nº 1008/2018/SFE. Em 24 de junho de 2022, a ANEEL, por meio do Termo de Encerramento (TE nº: 0026/2022-SFE) registrou o encerramento do processo administrativo punitivo em razão do recolhimento da multa.

Auto de Infração - AI nº 12/2022 - Em 22 de julho de 2022, a Companhia recebeu AI sobre qualidade do fornecimento DEC e FEC 2021 com Não Conformidade (NC.1) por não prestar um serviço adequado, no que concerne a qualidade do fornecimento de energia elétrica, com a aplicação de multa no valor de R\$ 95.872. Entretanto, no dia 3 de agosto de 2022 foi apresentado interposição de recurso, e aguarda manifestação da ANEEL. Para o referido AI, nenhum montante foi provisionado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante de R\$ 68.809 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

d) Processos fiscais:

d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discutia judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – Federal (“STF”). Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia depositou em juízo, mensalmente, os valores em discussão até setembro de 2021 (competência julho de 2021), momento em que, apresentou em juízo manifestação com o pedido de desistência da ação e conversão em renda dos depósitos em favor da União Federal. Em novembro de 2021, a desistência foi homologada e o juiz determinou que fossem apresentados os relatórios dos depósitos judiciais efetuados para possibilitar a conversão em renda. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia aguarda a aprovação da conversão em renda dos valores depositados.

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

d.3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

e) Processos ambientais:

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

e.1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de “segunda categoria” e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de “primeira categoria”, com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público e com a Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), parte integrante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia iniciou o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Valor estimado da contingência	
	31.12.2022	31.12.2021
Processos cíveis	1.275.185	792.502
Processos cíveis diversos	1.275.185	792.502
(a.1) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
(a.2) Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC	Não determinado	Não determinado
(a.3) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
(a.4) Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
(a.5) Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
Processos regulatórios	1.943.660	1.794.861
(b.1) Devolução tarifária - Base Blindada	1.358.173	1.287.962
(b.2) Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR)	201.366	190.117
(b.3) Autos de infração - Indicadores de continuidade	114.577	101.123
(b.4) Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	99.603	94.187
(b.5) Autuações PECLD – Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	99.844	89.654
Outros processos regulatórios	70.097	31.818
Processos fiscais	3.970.604	3.609.819
(c.1) CSLL – base negativa	162.687	155.845
(c.2) Execuções fiscais municipais – diversas	107.325	96.004
(c.3) PIS – Estatuto da decadência	252.339	245.748
(c.4) COFINS – anistia	167.557	163.630
(c.5) COFINS – Multa de Ofício	70.786	70.786
(c.6) Autos de infração de ICMS – Estornos de débitos	205.400	193.886
(c.7) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	182.433	175.568
(c.8) PIS – Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	690.878	667.059
(c.9) FINSOCIAL	242.693	230.448
(c.10) PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	172.298	162.568
(c.11) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	187.735	156.002
(c.12) Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015	212.452	181.192
(c.13) Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	78.060	71.397
(c.14) Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos	277.589	252.169
(c.15) Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica	48.092	43.228
(c.16) IRPJ/CSLL - Goodwill	772.666	692.614
(c.16) Outros processos fiscais	54.885	51.675
(c.17) Autos Multa isolada PIS/COFINS ICMS ST	84.729	-
Processos trabalhistas	815.109	948.584
(d.1) Ação Civil Pública – Terceirização	Não determinado	Não determinado
(d.2) Ações de periculosidade - Sede barueri	-	139.733
(d.3) Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	121.325	116.665
(d.4) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais	61.812	65.116
(d.5) Contribuição Previdenciária – SAT	49.892	11.381
Outros processos trabalhistas	582.080	615.689

a) Processos cíveis: A Companhia está envolvida em processos cíveis de naturezas diversas, conforme relacionado na nota explicativa nº 19.1.(a). O aumento dos processos cíveis classificados como possível refere-se, substancialmente, a processos de natureza indenizatória anteriormente já classificados com expectativa de perda possível. Para esses processos o valor estimado foi revisado devido a perícias realizadas, justificando o referido aumento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a.1) Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais: O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A demanda foi julgada favorável a Companhia em 1ª instância em novembro de 2007. Em março de 2012, foi acolhido o recurso apresentado pelo MPF para determinar que o processo passe por uma perícia, para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. Companhia apresentou recurso em julho de 2012 ao Superior Tribunal de Justiça contra a decisão. Em 22 de fevereiro de 2021 o recurso foi rejeitado, razão pela qual o processo retornará para primeira instância para realização da perícia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

(a.2) Ação civil pública Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC: Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia, objetivando a (i) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (ii) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000. Em março de 2018, a Companhia apresentou recurso ao TJSP contra a decisão desfavorável de primeira instância de janeiro de 2018, tendo sido rejeitado o recurso da Companhia em 11 de março de 2020. Em 06 de agosto de 2020 a Companhia apresentou recurso ao STJ. Em 02 de janeiro de 2021 foi publicada decisão determinando a suspensão do recurso especial da Companhia, em razão de ter sido somente tratado os requisitos para a indenização em dobro, e o tema ter sido designado como repetitivo pelo STJ (RESp 1.585.736/RS). Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a Companhia não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(a.3) Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal: O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando ao reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a Companhia a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. Em maio de 2010 a demanda foi julgada favorável em 1ª instância para a Companhia. Aguarda-se julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região do recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(a.4) Uso da faixa de domínio de rodovias: A Companhia é parte em ações judiciais que discutem a onerosidade de sua atuação para a instalação e manutenção de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias. Existem decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, com repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário nº 581.947 (tema 261), o qual aguarda-se julgamento. Caso sobrevenham decisões finais desfavoráveis, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento dos processos não são passíveis de quantificação.

(a.5) Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias: Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias; (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e; (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia. Em setembro de 2015 ocorreu decisão de 2ª instância desfavorável, mantendo a decisão de 1ª instância e determinando a devolução em dobro dos TCDs, tendo a Companhia recorrido contra essa decisão aos Tribunais Superiores em janeiro de 2016. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento dos recursos em Brasília. Execução provisória: Em maio de 2010, o Ministério Público Federal iniciou execução provisória para identificar os clientes abrangidos na discussão. Em outubro de 2018 o Tribunal acolheu recurso do MPF e determinou que a Companhia apresente todos os TCDs, sob pena de multa, sem fixar prazo para cumprimento, determinando que a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ANEEL fiscalize. A Companhia recorreu da decisão em julho de 2019. Caso sobrevenha decisão final desfavorável nos recursos apresentados, a Companhia poderá desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(b) Processos regulatórios:

(b.1) Devolução tarifária – Base blindada: Em agosto de 2014, a Companhia ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a Companhia efetuassem a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuassem o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em relação ao mérito ainda não houve decisão de 1ª instância. A Companhia ingressou com Ação Anulatória.

(b.2) Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR): Em agosto de 2015 foi ajuizada pela Companhia Ação Anulatória contra a ANEEL, requerendo provimento judicial que declare a ilegalidade do despacho ANEEL que manteve certas não conformidades e, por conseguinte, a anulação da multa imposta. Decisão de primeira instância desfavorável à Companhia em julho de 2017. Para esse processo a Companhia mantém a contratação de um seguro garantia. Atualmente a Companhia aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2018.

(b.3) Autos de Infração - Indicadores de continuidade e AI nº 1008/2018: Vide nota explicativa 17.1 (c.1 e c.2).

(b.4) AI nº 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço: Ação Anulatória ajuizada pela Companhia em agosto de 2016, contra a ANEEL, pretendendo a anulação do Auto de Infração nº 008/2012, no qual a ANEEL penalizou a Companhia em razão de supostas inadequações formais de certos registros contábeis que, na visão da Companhia, não geraram nenhuma consequência prática negativa para as tarifas nem para o serviço prestado pela Companhia. Para esse processo a Companhia mantém a contratação de um seguro garantia. Em maio de 2019, ocorreu decisão em 1ª instância desfavorável. Atualmente a Companhia aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2019.

(b.5) Autuações PECLD – Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa: Em 5 de abril de 2001 foi lavrado o auto de infração AI 027/TN0336/1 pela ANEEL em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em agosto de 2013 a Companhia obteve decisão favorável, revertendo a decisão desfavorável em 1ª instância ocorrida em fevereiro de 2002. Em 26 de maio de 2022, o Recurso Especial interposto pela ANEEL foi desprovido. Em 23 de agosto de 2022, a ANEEL entrou com Agravo Interno. Em 04 de novembro de 2022 o STJ negou provimento ao Agravo Interno da ANEEL. Atualmente aguarda-se decurso do prazo recursal da ANEEL.

(c) Processos fiscais (possíveis):

(c.1) CSLL – base negativa: A Companhia discute judicialmente a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de seguro garantia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c.2) Execuções fiscais municipais – diversas: A Companhia possui diversas execuções fiscais ajuizadas pelas municipalidades na área de concessão, em diferentes estágios processuais, em que são exigidos supostos débitos de IPTU, ISS e taxas. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros. No 3º trimestre de 2022, a Companhia obteve decisão final reduzindo o valor do débito em R\$ 40.000 em uma execução fiscal que discutia ISS no Município de São Bernardo do Campo. Também recebeu duas novas execuções fiscais ajuizadas pelo Município de Cubatão para cobrança de IPTU que envolvem o valor total de R\$ 33.682.

(c.3) PIS – Estatuto da decadência: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em maio de 2008, a fim de cobrar supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em junho de 2008, a Companhia opôs Embargos à Execução, no qual se discute: (i) a necessidade de lançamento, que não foi realizado pelo Fisco; (ii) que apenas tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) como devidos são passíveis de inscrição direta em dívida ativa; e (iii) a decadência do direito da União Federal. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia e aguarda-se os julgamentos dos recursos por ela apresentados pelo STJ e STF. Após decisão desfavorável em 2ª instâncias, em junho de 2019, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro.

(c.4) COFINS – anistia: A Companhia discute judicialmente a adesão ao programa de parcelamento previsto na Lei nº 9.779/1999, para quitar débitos de COFINS, com as reduções de multa e juros. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, em relação a possibilidade de adesão ao programa de parcelamento. No que se referem aos encargos legais de 20% sobre os valores dos débitos, em 2ª instância foi proferida decisão pela sua manutenção. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário aos tribunais Superiores, contra a manutenção dos encargos legais, que aguardam julgamento. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de carta fiança e seguro garantia complementar.

(c.5) COFINS – Multa de ofício: Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia, sob a argumentação de que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. A Companhia opôs Embargos de Declaração, que não foram acolhidos em acórdão publicado em março de 2021. A Companhia recorreu aos Tribunais Superiores. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro, em 13 de fevereiro de 2019.

(c.6) Autos de infração de ICMS – estornos de débitos: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a Companhia baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.

(c.7) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão: Em 14 de fevereiro de 2005, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de débitos de IRPJ e de CSLL relativos aos anos de 2001 e 2002, em face da dedução de valores pagos a título de previdência suplementar acima da limitação de 20% imposta pela Lei nº 9.532/97. Em abril de 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância, determinando ao CARF a realização de novo julgamento do recurso administrativo da Companhia. Contra esta decisão, em março de 2019, a Procuradoria da Fazenda interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento em 2ª instância.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c.8) PIS – Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988: Tratam-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela Companhia, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos acima. A Fazenda Nacional sustenta que a Companhia aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a Companhia sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Essas execuções fiscais se encontram no tribunal de segunda instância aguardando julgamento dos recursos apresentados pela Companhia. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio dos oferecimentos de seguros garantia e fianças bancárias.

(c.9) FINSOCIAL: Em julho de 2012, a Companhia foi intimada de dois despachos decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Apesar de tais créditos terem sido reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado, o Fisco questionou o montante compensado em razão dos critérios de atualização utilizados pela Companhia. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável, e a Companhia em maio de 2013, apresentou recurso voluntário, que aguarda julgamento.

(c.10) PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes): Em agosto de 2014, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa. Em 14 de janeiro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à Companhia. De forma favorável, foi reconhecido o direito creditório da Companhia, bem como se reconheceu que a Companhia era contribuinte do PIS e não do PASEP. No entanto, de forma desfavorável, a decisão divergiu quanto aos valores dos créditos que a Companhia teria direito. Em face dos itens desfavoráveis da decisão, em 12 de fevereiro de 2019 a Companhia apresentou recurso, e aguarda julgamento em 2ª instância administrativa.

(c.11) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da Companhia está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela companhia para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação ao processo que já está no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia. Em dezembro de 2022 a Companhia recebeu novo auto sobre o tema no valor de R\$ 20.625.

(c.12) Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015: Tratam-se de 28 Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP, relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que, em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Em agosto de 2021, o Município de São Paulo distribuiu 26 Execuções Fiscais, que foram devidamente garantidas e foram opostos os Embargos à Execução, que aguardam os respectivos julgamentos. No que se referem aos 2 Autos de Infração ainda não ajuizados, para obtenção da certidão de regularidade fiscal, a Companhia distribuiu ação declaratória de antecipação de garantia com oferecimento de seguro garantia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c.13) Multa isolada – PIS Compensações – Créditos remanescentes: Tratam-se de processos administrativos oriundos da imposição de multa isolada pela Receita Federal do Brasil (RFB) à Companhia em face da não homologação de compensações efetuadas com créditos de Contribuição ao PIS, decorrentes de recolhimentos indevidos realizados com base nos Decretos-Leis 2445 e 2449/88. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa (caso “PIS Compensações – Créditos remanescentes”). Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia foi notificada da imposição da multa e apresentou sua defesa, a qual foi julgada parcialmente procedente. Interposto Recurso voluntário que aguarda julgamento.

(c.14) Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos: Trata-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços. Em 2020, a Companhia recebeu mais dois autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a Companhia contesta administrativamente os lançamentos, que se encontram em diferentes estágios processuais.

(c.15) Débitos de IUEE - Trata-se de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a Companhia, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas com ações societárias. A Companhia apresentou impugnação ao valor exigido pelos municípios, que não foi acolhida pelo Juiz de primeiro grau. Diante disso, a Companhia recorreu ao Tribunal e foi parcialmente acolhido o recurso para determinar que sejam liberados os valores bloqueados judicialmente. A Companhia apresentou seguro garantia, a fim de garantir o valor exigido e apresentou nova impugnação. O valor bloqueado de R\$ 41.191 foi liberado em outubro de 2022.

(c.16) Autos de infração de IRPJ/CSLL – Goodwill: A Companhia recebeu em 05 de outubro de 2021 autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 a 2019, em face da dedutibilidade da despesa da amortização do ágio das bases de cálculo dos mencionados tributos. O aproveitamento fiscal da amortização do ágio iniciou-se após reorganizações societárias realizadas pelas antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, em 2016. A Companhia apresentou defesa em primeira instância administrativa, a qual foi julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário que aguarda julgamento.

(c.17) Autos Multa Isolada PIS/COFINS ICMS ST: Em outubro de 2022 a Companhia recebeu 99 autos lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) exigindo multa isolada em face da não homologação de compensações decorrentes dos processos que discutem créditos de PIS/COFINS ICMS ST. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa. O valor total desses autos perfaz o montante de R\$ 84.729. A Companhia apresentou as respectivas defesas que aguardam julgamento.

d) Processos trabalhistas:

(d.1) Ação civil pública – Terceirização: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela Companhia diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a Companhia. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Companhia ingressou com 1º recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão dos embargos mantendo os termos da sentença. A Companhia interpôs recurso no Tribunal Regional do Trabalho e, em 11 de fevereiro de 2021, o processo foi julgado favoravelmente à Companhia. Em 02 de julho de 2021, o Ministério Público do Trabalho interpôs recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho e em 23 de novembro de 2021 o recurso do Ministério Público do Trabalho foi negado seguimento. Pendente de julgamento o Agravo de Instrumento interposto pelo Ministério Público do Trabalho.

Os advogados que patrocinam a ação pela Companhia avaliam o risco como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

(d.2) Ações de periculosidade – Sede Barueri: Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020 foi proferida decisão favorável à empresa, pelo Tribunal Regional do Trabalho, reconhecendo que às instalações estão de acordo com a legislação trabalhista em vigor e, portanto, não ensejando o pagamento do adicional de periculosidade. Interposto Agravo Interno pelo Sindicato em 03 de setembro de 2021. O Tribunal Superior do Trabalho por unanimidade, em 24 de novembro de 2021, negou provimento ao recurso do Sindicato. Em 07 de abril de 2022 o processo transitou em julgado (decisão final), mantendo a decisão favorável à empresa.

(d.3) Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa, e nesse caso a Companhia mantém contratado seguro garantia. Sentença de mérito favorável em parte para Companhia, com apelação da União pendente de julgamento no Tribunal.

(d.4) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais: Três execuções fiscais promovidas pelo INSS contra a Companhia que versam sobre incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Das três ações, duas tiveram decisões desfavoráveis para Companhia e uma delas teve decisão parcialmente favorável para a Companhia, com a redução do débito, estando todas as ações pendentes de julgamento de recursos no Tribunal, garantidas por depósito judicial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d.5) SAT: Ação anulatória ingressada pela Companhia, em 22 de outubro de 2018, decorrente de processo administrativo lavrado pela Receita Federal do Brasil pela não homologação das compensações declaradas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011 com créditos de contribuição previdenciária apurados entre setembro de 2006 e agosto de 2011. Tais créditos são oriundos da revisão do enquadramento da Companhia nos graus de risco destinados ao antigo Seguro Acidente do Trabalho (“SAT”), atual Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa e Riscos de Acidente do Trabalho (“GIIL-RAT”), considerando a atividade preponderante realizada, amparada em Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (“LTCAT”). Em 12 de novembro de 2018 a Companhia teve decisão liminar parcialmente favorável para emissão de Certidão Positiva com Efeito de Negativa (“CPEN”) em favor da Companhia. Da decisão, foi interposto Agravo de Instrumento para suspensão da exigibilidade do crédito, bem como a liberação do seguro garantia apresentado nos autos. Considerando que as Cortes Judiciais Superiores (STJ e STF) ainda não firmaram posição sobre o tema, o prognóstico de perda do caso, que foi remoto durante a fase administrativa pela existência de precedentes favoráveis naquela esfera, foi alterado para possível.

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A companhia possui dois processos acerca do tema. No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

A União Federal ajuizou ação rescisória em face do segundo processo, por entender que parte do período estaria alcançada pela modulação dos efeitos da decisão do tema 69 da repercussão geral (período anterior a março de 2017). Em maio de 2022 a Companhia apresentou defesa no sentido de que o segundo processo apenas reforçou o direito reconhecido no primeiro processo. Aguarda-se julgamento. De todo modo, importante observar que, como antes mencionado, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 28 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, foi incluído no processo de reajuste tarifário, vigente desde 4 de julho de 2022, o componente negativo de R\$ 1.625.000– mais informações vide nota explicativa nº 3.1. O total já devolvido aos consumidores foi de R\$ 1.903.423.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2022 o total compensado de R\$ 2.544.227 (R\$ 1.239.236 em 31 de dezembro de 2021).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	7	967.515	814.140
<u>Ativo não circulante</u>	7	4.019.996	5.117.610
Total Ativo		4.987.511	5.931.750
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		967.515	814.140
<u>Passivo não circulante</u>		4.629.959	6.326.144
Total Passivo		5.597.474	7.140.284
		31.12.2022	31.12.2021
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	23	(138)	(127.376)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	23	-	127.376
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		360.751	114.958
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(360.751)	(114.958)
Efeito líquido no resultado antes de IRCS		(138)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentada movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2021	6.889.081	7.310.524
Adições	127.376	127.378
Atualização	114.958	68.801
Compensações	(466.199)	-
Saldo em 31.12.2021	6.665.216	7.506.703
Saldo em 31.12.2021	5.931.750	7.140.284
Adições	-	(138)
Atualização	360.751	360.751
Compensações	(1.304.990)	-
Devolução aos consumidores	9.6	(1.903.423)
Saldo em 31.12.2022	4.987.511	5.597.474

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Composição acionária

	31.12.2022		31.12.2021	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista:				
ENEL Brasil S.A.	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva legal é R\$ 196.766.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Reserva especial gerada por incorporações

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 26.

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Reserva especial - gerada por incorporações	26	2.267.884	2.267.883
Outras reservas de capital		546	547
Total		2.268.430	2.268.430

e) Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro 2022

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros (prejuízos) acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	1.411.641	1.141.433
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida	64.764	67.804
Lucro líquido ajustado	1.476.405	1.209.237
Juros sobre o capital próprio	(190.000)	(241.000)
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	(207.601)	(97.459)
Proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório	-	(870.778)
Reserva de reforço de capital de giro	(1.078.804)	-
Saldo de lucros acumulados	-	-

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 18 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante total de R\$ 1.141.433 acrescido do ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 67.804 e tendo em vista que o saldo de reserva legal acrescido do montante da reserva de capital atingiu limite de 30% do capital social da Companhia, nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, resultando em lucro líquido ajustado de R\$ 1.209.238, que será destinado da seguinte forma: (i) Juros sobre capital próprio - JSCP imputáveis ao dividendo obrigatório no montante de R\$ 241.000 (conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de outubro de 2021); (ii) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 97.459; e (iii) dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 870.778; cujos montantes foram liquidados.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de setembro de 2022, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de até R\$ 190.000, cujo pagamento ocorreu em até 29 de novembro de 2022, sendo observados os limites estabelecidos no art.9º da Lei 9.249/95.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Ajuste de avaliação patrimonial		928.643	1.026.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(315.740)	(349.103)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		612.903	677.668
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(7.239.980)	(7.133.617)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		28.514	18.168
Outros resultados abrangentes - derivativo	29	(125.866)	(28.285)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.494.693	2.428.871
Outros resultados abrangentes, líquido		(4.842.639)	(4.714.863)
Total registrado no patrimônio líquido		(4.229.736)	(4.037.195)

22. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	1.411.641	1.141.433
Denominador (em milhares de ações):		
Número de ações ordinárias	197.467	197.467
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	7,14874	5,78037

Não houve movimentação de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita líquida

Nota	31.12.2022			31.12.2021		
	Nº. unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Nº. unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica	23.1					
Classe de consumidores:						
Residencial	7.280.497	16.515.134	13.052.923	7.127.040	16.569.377	13.043.843
Industrial	24.845	2.033.949	1.374.262	24.875	2.168.855	1.394.190
Comercial	415.418	8.077.442	6.088.382	406.102	7.836.125	5.594.054
Rural	555	32.051	11.909	567	31.125	9.786
Poder público	15.573	1.073.504	707.241	15.630	972.673	593.214
Iluminação pública	2.609	391.427	188.245	2.478	785.714	328.861
Serviço público	1.393	387.308	219.108	1.346	387.729	212.114
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(11.029.617)	-	-	(9.691.847)
Subtotal - fornecimento	7.740.890	28.510.815	10.612.453	7.578.038	28.751.598	11.484.215
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	23.3	-	1.333.189	-	-	1.224.820
PIS/COFINS consumidores a restituir	20	-	(138)	-	-	(127.376)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	20	-	138	-	-	127.376
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	23.2	-	11.029.617	-	-	9.691.847
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	23.2	3.166	12.617.866	2.821	12.132.391	2.079.030
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(77.625)	-	-	(69.549)
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	1.910.182	103.902	-	-	307.131
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	29.228	-	-	390.474
Receita de construção	23.4	-	1.928.836	-	-	1.616.179
Aluguel de poste	-	-	188.438	-	-	192.949
Receitas com partes relacionadas	27	-	-	-	-	60.243
Outras receitas	23.5	-	61.658	-	-	45.750
Total receitas - originadas de contratos com clientes	7.744.056	43.038.863	27.844.962	7.580.859	40.883.989	27.023.089
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	23.6	-	657.805	-	-	511.305
Ativo e passivo financeiro setorial	23.7	-	1.787.658	-	-	4.152.176
Atualização do ativo financeiro da concessão	10	-	350.756	-	-	544.055
Total outras receitas	-	-	2.796.219	-	-	5.207.536
Receita operacional bruta	7.744.056	43.038.863	30.641.181	7.580.859	40.883.989	32.230.625
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(163.714)	-	-	(183.104)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(3.718.570)	-	-	(2.457.099)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(150.053)	-	-	(106.559)
Encargos do consumidor - CORBT	-	-	(1.123.822)	-	-	(2.113.324)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(29.949)	-	-	(24.127)
ICMS	-	-	(4.471.233)	-	-	(4.556.367)
COFINS - corrente	23.8	-	(1.760.728)	-	-	(1.751.632)
PIS - corrente	23.8	-	(450.592)	-	-	(380.142)
ISS	23.8	-	(341)	-	-	(201)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(11.869.002)	-	-	(11.572.555)
Receita líquida	7.744.056	43.038.863	18.772.179	7.580.859	40.883.989	20.658.070

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.1. Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa - vide nota explicativa nº 23.3.

23.2. Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

As receitas de Fornecimento de Energia e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia. As receitas são mensuradas com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (consumo de energia, demanda contratada e/ou uso do sistema de distribuição). Estas receitas são reconhecidas quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, ou seja, quando a energia é entregue ao cliente consumidor e/ou quando o consumidor utiliza o sistema de distribuição.

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

23.3. Receita não faturada

O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.4. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão (“ICPC 01”) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão (“ICPC 17”), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

23.5. Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.

23.6. Subvenção de recursos da CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica “Créditos a receber – subvenção e Outros” - vide nota explicativa nº 8.

23.7. Ativo e passivo financeiro setorial

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

23.8. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - o ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

24. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

Nota	2022					
	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	(7.737.589)	-	-	-	(7.737.589)
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1	(2.851.700)	-	-	-	(2.851.700)
Pessoal e administradores		(410.478)	-	(119.840)	-	(530.318)
Entidade de previdência privada	17	(5.614)	-	(1.232)	-	(6.846)
Serviços de terceiros		(733.223)	-	(247.402)	-	(980.625)
Material		(13.590)	-	4.131	-	(9.459)
Custo de construção	24	(1.928.836)	-	-	-	(1.928.836)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	(248.717)	-	-	(248.717)
Perda de recebíveis de clientes	6	-	(244.042)	-	-	(244.042)
Provisão para processos judiciais e outros	19	(7.243)	-	(71.867)	-	(79.110)
Depreciação e amortização	10	(591.677)	-	(200.917)	-	(792.594)
Receita de multas por impontualidade de clientes	24.2	(2.882)	-	-	142.301	139.419
Outras receitas (despesas) operacionais	24.2	(197.383)	-	-	86.683	(110.700)
Total		(14.480.215)	(492.759)	(637.127)	228.984	(15.381.117)

Nota	2021					
	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	(10.308.222)	-	-	-	(10.308.222)
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1	(3.229.202)	-	-	-	(3.229.202)
Pessoal e administradores		(484.105)	-	(109.553)	-	(593.658)
Entidade de previdência privada	17	(5.149)	-	(1.487)	-	(6.636)
Serviços de terceiros		(714.677)	-	(195.286)	-	(909.963)
Material		(48.295)	-	(1.307)	-	(49.602)
Custo de construção	24	(1.616.179)	-	-	-	(1.616.179)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	(436.879)	-	-	(436.879)
Perda de recebíveis de clientes	6	-	(235.894)	-	-	(235.894)
Provisão para processos judiciais e outros	19	(6.766)	-	(50.724)	-	(57.490)
Depreciação e amortização	10	(544.257)	-	(125.175)	-	(669.432)
Receita de multas por impontualidade de clientes	24.2	(3.478)	-	-	131.781	128.303
Outras receitas (despesas) operacionais	24.2	(259.922)	-	-	42.331	(217.591)
Total		(17.220.252)	(672.773)	(483.532)	174.112	(18.202.445)

24.1 Custo do serviço de energia elétrica
a) Energia elétrica comprada para revenda

Nota	MWh (*)		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda:				
Itaipu				
ANGRA 1 e 2				
Compra - CCEAR				
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	27			
Quotas de garantia física				
Risco hidrológico				
(-) Ressarcimento - leilões de energia				
(-) Créditos de PIS/COFINS				
Subtotal				
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA				
Total				

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Encargos do uso do sistema de transmissão

	Nota	2022	2021
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição:			
Uso da rede básica		(1.867.101)	(1.607.458)
Uso da rede básica - partes relacionadas	27	(17.698)	(14.430)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		(897.115)	(1.819.491)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo		-	18.189
Transporte de energia - Furnas/Itaipu		(209.538)	(223.772)
Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER		-	229.223
Operador Nacional do Sistema - ONS		(34.273)	(29.263)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(13.227)	(12.226)
Conexão a Rede Básica - CTEEP		(103.417)	(99.086)
(-) Créditos de PIS/COFINS		290.669	329.112
Total		(2.851.700)	(3.229.202)

24.2 Outras receitas e despesas operacionais

	Nota	2022	2021
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos		28.190	5.977
Arrendamentos e aluguéis		6.947	14.494
Arrendamentos e aluguéis - partes relacionadas	27	13.274	5.085
Seguros		(13.274)	(5.085)
Tributos		(56.132)	(44.656)
Doações, contribuições e patrocínios		(4.727)	(5.478)
Tarifa bancária		(57.274)	(53.424)
Publicidade		(474)	255
Perdas na desativação de bens e direitos		(15.382)	(17.082)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(23.965)	(30.603)
Baixa do ativo financeiro da concessão	10.2	(20.218)	(28.618)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(10.797)	(9.067)
Despesas Indedutíveis		(1.997)	(3.738)
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso		142.851	132.496
Penalidades - devoluções a consumidores		(4.208)	(6.744)
Multa de mora - pagamento de fornecedores		(3.432)	(4.193)
Taxa de contribuição CCEE		(3.289)	1
Ganho no Distrato de Arrendamento		32.524	-
Outros		20.102	(38.908)
Total		28.719	(89.288)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		73.895	21.480
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	25.1	77.740	140.853
Subvenções governamentais		1.756	2.555
Atualização de créditos tributários	7	6.061	1.882
Atualização monetária dos depósitos judiciais		71.497	29.977
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	9	293.661	78.026
Variação monetária Swap - Debêntures		-	130.814
Ajuste ao valor de mercado Swap - Derivativos e Debêntures		127.172	152.824
Juros Swap - Debêntures e empréstimos		-	2.486
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		10.579	(2.008)
Outras receitas financeiras		23.284	28.451
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(12.317)	(11.672)
Subtotal		673.328	575.668
Despesas financeiras			
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures		(579.326)	(261.687)
Variação monetária - Debêntures		(104.763)	(144.639)
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira		(293.201)	(54.410)
Juros sobre obrigações de arrendamento	15	(27.800)	(15.950)
Subvenções governamentais		(1.756)	(2.555)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(18.353)	(8.461)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	10.1	(5.905)	25.999
Cartas de fiança e seguros garantia		(34.814)	(32.278)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(134.342)	(86.906)
Atualização monetária - energia livre		(8.095)	(2.741)
Atualização acordo Eletrobras		(68.587)	(43.394)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	17	(593.951)	(468.730)
Comissão de fiança - partes relacionadas	27	(4.226)	(6.286)
Outras despesas financeiras		(35.096)	(76.670)
Variação monetária - Empréstimos		(128)	(67.327)
Ajuste ao valor de mercado - Derivativos		(113.696)	(186.148)
Subtotal		(2.024.039)	(1.432.183)
Variações cambiais, líquidas			
Variações cambiais - Empréstimos		118.931	(124.524)
Variações cambiais - Swap Empréstimos		(118.938)	126.860
Variações cambiais - outras		(1.792)	242
Subtotal		(1.799)	2.578
Total do resultado financeiro		(1.352.510)	(853.937)

25.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(263.507)	(96.976)	(84.888)	(31.471)
Diferidos	(195.903)	(70.525)	(252.865)	(91.031)
Total	(459.410)	(167.501)	(337.753)	(122.502)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	2.038.552	2.038.552	1.601.688	1.601.688
Adições:				
Juros sobre capital próprio	(190.000)	(190.000)	(241.000)	(241.000)
Doações	2.018	2.018	1.255	1.255
Gratificação a administradores	2.296	2.296	249	249
Perdas indedutíveis no contas a receber	5.016	5.016	8.987	8.987
Multas indedutíveis	721	722	1.602	1.602
Despesas indedutíveis	2.015	2.016	3.740	3.740
Salário maternidade e paternidade	502	502	410	410
Total das adições	(177.432)	(177.430)	(224.757)	(224.757)
Base de cálculo	1.861.120	1.861.122	1.376.931	1.376.931
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(465.280)	(167.501)	(344.233)	(123.924)
Incentivos	6.147	-	2.508	-
Compensação de base de cálculo	18	-	24	-
IRPJ_CSLL sobre Selic dos indêbitos	-	-	3.948	1.422
Ajuste	(295)	-	-	-
Total da despesa com tributos	(459.410)	(167.501)	(337.753)	(122.502)
Alíquota efetiva	22,5%	8,2%	21,1%	7,6%

b) Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.1) Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	31.12.2022	31.12.2021
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.460.982	2.571.618
Benefício fiscal das incorporações	1.865.680	1.937.338
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos	4.326.662	4.508.956

b.2) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Balanco patrimonial		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para obrigações com benefícios pós-emprego	2.011.368	2.090.193	(111.470)	(122.577)	32.645	91.011
Provisões para processos judiciais e outros riscos	339.182	306.523	32.659	9.023	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.035.031	886.546	148.485	688.977	-	-
Provisão para materiais e serviços	189.022	64.814	124.208	30.713	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	754.800	828.002	(73.202)	20.851	-	-
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	-	-	-	(82.772)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	38.637	45.662	(7.025)	(7.025)	-	-
Provisão para o fundo de transição	8.077	-	(6.330)	-	-	-
Provisão FGTS - PIA programa incentivo à aposentadoria (multa 40%)	33.323	47.515	216	7.454	-	-
Arrendamento mercantil CPC 06	5.018	4.228	790	(3.605)	-	-
Outros	65.118	32.011	(73)	2.282	-	-
Total dos tributos diferidos ativos	4.479.576	4.305.494	108.258	543.321	32.645	91.011
Tributos diferidos passivos:						
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(315.739)	(349.103)	33.363	34.929	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(701.955)	(582.698)	(119.257)	(184.979)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(69.417)	(48.409)	(21.008)	(4.779)	-	-
Swap	(22.533)	(23.364)	831	17.536	33.177	8.284
CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)	(882.223)	(705.913)	(176.310)	(589.194)	-	-
Outros	(26.727)	(24.390)	(2.335)	(390)	-	-
Total dos tributos diferidos passivos	(2.018.594)	(1.733.877)	(284.716)	(726.877)	33.177	8.284
Ativo fiscal diferido, líquido	2.460.982	2.571.618	(176.458)	(183.556)	65.822	99.295
Juros mora (b.2.1)	-	-	(18.310)	(88.680)	-	-
Realização do benefício fiscal das incorporações			(71.660)	(71.660)		
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos			(266.428)	(343.896)		

b.2.1) O imposto de renda e contribuição social diferido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 18.310 são representados pela incidência destes tributos sobre as receitas de juros moratórios, pelo fato de a Companhia ter apurado lucro fiscal no referido período. O processo dos juros moratórios refere-se à ação judicial que questiona a exigência de IRPJ e CSLL sobre as receitas auferidas a título de juros. O processo defende a tese de que os juros moratórios são pagos para indenizar danos emergentes e não indenização por lucros cessantes, em razão disso os juros moratórios não teriam natureza de acréscimo patrimonial. Dessa forma, a Companhia apura o montante a recolher de acordo com a obrigação legal, no entanto, reconhece tal montante como provisão na rubrica de processos judiciais e outros, e no resultado na rubrica de imposto de renda diferido.

b.3) Benefício fiscal gerado por incorporações:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasiliana Participações S.A. ("Brasiliana Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasiliana Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasiliana Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A (“Enel Sudeste”) - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019. A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(268.993)	177.535	(91.458)	(76.215)
Subtotal	246.577	(162.740)	83.837	99.080
Brasileira Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(160.726)	106.079	(54.647)	(45.539)
Subtotal	147.332	(97.240)	50.092	59.200
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559	1.881.559
Amortização acumulada	(434.776)	284.968	(149.808)	(102.501)
Subtotal	5.715.541	(3.983.790)	1.731.751	1.779.058
Total do ágio/benefício fiscal de incorporações	6.109.450	(4.243.770)	1.865.680	1.937.338

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

b.3.1) Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	4.508.956	4.664.880
Impacto no resultado do exercício	(266.428)	(343.896)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	65.822	99.295
Saldo final	4.308.350	4.420.279

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.4) Estimativa de realização

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	Tributos e contribuições sociais diferidos ativos	Benefício fiscal das incorporações	Total
2023	986.066	71.658	1.057.724
2024	2.074.363	71.658	2.146.021
2025	177.591	71.658	249.249
2026	182.870	71.658	254.528
2027	521.586	71.658	593.244
2028 em diante	537.100	1.507.387	2.044.487
Total	4.479.576	1.865.677	6.345.253

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

27. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.1 Controladora (Enel Brasil):

Natureza da transação e Parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
		2022	2021	2022	2021
Enel Brasil					
COMISSÃO DE FIANÇA	Julho de 2019 a setembro de 2023	(931)	(1.335)	(2.514)	(5.545)
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA	Agosto de 2027	(40.581)	(15.640)	-	-
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E DE GESTÃO	Março de 2025	(424.298)	(74.142)	-	-
MÚTUO	Despacho N° 3.037/2018 da ANEEL	-	-	(22.491)	-
DIVIDENDOS	n/a	-	(576.116)	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.2 Empresas com controle comum:

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
		2022	2021	2022	2021
COMISSÃO (PROPAGANDA/PUBLICIDADE/VENDA EM FATURA DE ENERGIA)					
ENEL X Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	740	749	337	295
Contrato MVE (Venda de energia excedente)					
ENEL TRADING S.A.	Dezembro de 2021	-	2.590	-	20.451
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EXPATRIADOS					
ENEL CHILE		-	2.285	-	807
ENEL SPA		-	324	-	-
ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORKS S.R.L.	Fevereiro de 2024	(1.388)	-	-	1.071
ENEL GLOBAL IN E NETWORK		(12.683)	(13.041)	(2.528)	(6.768)
ENEL CHILE S.A.		3.006	(197)	918	(173)
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS/ INFRAESTRUTURA					
COELCE CIA. ENERGÉTICA		6.347	6.462	-	-
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.		(124)	(699)	-	-
ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.		-	750	-	-
ENEL FORTALEZA (*)		1.203	(1.290)	-	-
CELG DISTRIBUICAO S/A	Agosto de 2027	-	3.541	-	-
ENEL X Brasil S.A.		310	-	-	-
ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A.		783	-	-	-
CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA		901	115	-	-
CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXAO		-	1.270	-	-
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCGF					
ENEL GREEN POWER PARANAPANEMA S.A.		(321)	(321)	(3.757)	(2.664)
ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.	Resolução Homologatória nº 3068 da ANEEL	(91)	(92)	(1.080)	(767)
ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.		-	(2.470)	-	(21.075)
ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A.		(2.748)	-	(31.152)	-
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCEAR					
ENEL GREEN POWER CABEÇA DE BOI S.A.		(156)	(143)	(1.140)	(775)
ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.		(85)	-	-	-
ENEL GREEN POWER CRISTALÂNDIA I EÓLICA S.A.		-	-	-	(1.693)
ENEL GREEN POWER CRISTALÂNDIA II EÓLICA S.A. (II E III)	Até o final da concessão	-	-	-	(1.571)
ENEL GREEN POWER DA FAZENDA S.A.		(104)	(96)	(763)	(519)
ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A.		(341)	(310)	(2.481)	-
ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EÓLICA S.A.		(317)	(288)	(2.302)	-
ENEL GREEN POWER SALTO APIACAS S.A.		(257)	(236)	(1.881)	(1.278)
ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO					
ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	(1.357)	(1.302)	(17.698)	(10.664)
COMPRA E VENDA DE ATIVO IMOBILIZADO					
COELCE CIA. ENERGÉTICA	N/A	9.977	-	-	-
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.		1.176	-	-	-
MÚTUO					
CELG DISTRIBUICAO S/A (**)	Despacho Nº 3.037/2018 da ANEEL	-	-	986	-
COMISSÃO DE FIANÇA					
ENEL SPA	Dezembro de 2022			(1.712)	

(*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(**) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Suprimento de energia – CCEAR, encargos do sistema de transmissão e MVE

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuo

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 12.

27.3 Outras partes relacionadas

Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Nota	Passivo		Receita/Despesa	
			2022	2021	2022	2021
Plano de previdência	FUNCESP - Integrante do Conselho Deliberativo	16	6.305.702	6.569.132	(593.951)	-

27.4 Remuneração da alta administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	2022	2021
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	8.079	4.621
Benefícios pós-emprego (previdência privada - contribuição definida)	(230)	115
Total	7.849	4.736

28. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão da região metropolitana de São Paulo. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

28.1 Instrumentos financeiros

28.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Rubrica	Categoria	Nível*	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		1.338.169	1.338.169	1.112.302	1.112.302
Investimentos de curto prazo	Valor justo por meio do resultado		6.210	6.210	2.968	2.968
Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2	-	-	46.092	46.092
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	Valor justo por meio do resultado	2	112.430	112.430	79.024	79.024
Consumidores, revendedores e outros	Custo amortizado		3.364.162	3.364.162	3.317.386	3.317.386
Contas a receber - acordos	Custo amortizado		517.042	517.042	504.647	504.647
Depósitos vinculados	Custo amortizado		857.326	857.326	851.972	851.972
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	Custo amortizado		1.434.579	1.434.579	1.050.779	1.050.779
Ativo financeiro da concessão	Valor justo por meio do resultado		7.426.895	7.426.895	6.317.532	6.317.532
Ativo financeiro setorial	Custo amortizado		-	-	1.783.740	1.783.740
Total			15.056.813	15.056.813	15.066.442	15.066.442
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	Passivos financeiros pelo custo amortizado		2.775.495	2.775.495	3.074.669	3.074.669
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivos financeiros pelo custo amortizado		4.807.669	-	4.977.157	4.602.431
Empréstimos, financiamentos e debêntures marcados a mercado	Valor justo por meio do resultado		2.746.073	-	1.900.999	1.941.882
Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2	251.976	251.976	49.246	49.246
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	Valor justo por meio do resultado	2	96.549	96.549	35.437	35.437
Contas a pagar - acordo Eletrobras	Passivos financeiros pelo custo amortizado		412.859	412.859	738.922	738.922
Obrigações com arrendamento	Passivos financeiros pelo custo amortizado		238.246	238.246	280.062	280.062
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Passivos financeiros pelo custo amortizado		207.601	207.601	576.116	576.116
Passivo financeiro setorial	Passivos financeiros pelo custo amortizado		555.928	555.928	-	-
Total			12.092.396	4.538.654	11.632.608	11.298.765

* Conforme detalhado na nota explicativa 30.1.2 Hierarquia do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data do Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	800.000
BNP II	09/03/2021	11/03/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	250.000
Itáú	30/04/2021	15/04/2031	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	720.000
BNP III	19/04/2021	19/04/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	475.000
Scotiabank II	17/05/2021	20/05/2025	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	209.000
BNP IV	30/06/2021	28/06/2024	<i>Fair value hedge</i>	Taxa fixa	CDI	290.000
Scotiabank III	27/08/2021	27/08/2026	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	300.000
MUFG	09/09/2021	09/09/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	200.000
Scotiabank IV	09/09/2021	09/09/2025	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	400.000
Santander 27 ^a	12/05/2022	15/04/2032	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	600.000
Itáú 27 ^a	12/05/2022	15/04/2032	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	200.000
Itáú - (BEI) 26 MUSD	17/08/2022	01/09/2037	<i>Fair value hedge</i>	Dólar	CDI	134.654
Itáú - (BEI) 104 MUSD	17/08/2022	01/09/2037	<i>Fair value hedge</i>	Dólar	CDI	538.616
						5.117.270

A movimentação é como segue:

Derivativos	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	116.374
Recebimentos de principal	(96.173)
Provisão de encargos - juros	(65.754)
Recebimento de encargos - juros	24.995
Variação monetária	144.644
Variação cambial	126.860
Marcação a mercado no resultado	(186.148)
Marcação a mercado no PL	(24.365)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	40.433
Provisão de encargos - juros	(397.936)
Recebimento de encargos - juros	326.006
Variação monetária	104.733
Variação cambial	(118.938)
Marcação a mercado no resultado	(92.813)
Marcação a mercado no PL	(97.580)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(236.095)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de dezembro de 2022 estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado Financeiro
Bradesco	103.470	180.366	-	(76.896)
BNP II	(39.361)	(29.674)	(9.687)	-
Itáú	(19.020)	83.214	-	(102.234)
BNP III	(70.440)	(50.071)	(20.369)	-
Scotiabank II	(22.207)	(6.305)	(15.902)	-
BNP IV	(17.638)	68	-	(17.706)
Scotiabank III	(54.291)	(21.792)	(32.499)	-
MUFG	(18.130)	(5.682)	(12.448)	-
Scotiabank IV	(47.551)	(12.590)	(34.961)	-
Santander 27 ^a	(10.693)	(2.791)	-	(7.902)
Itáú 27 ^a	(4.330)	(930)	-	(3.400)
Itáú - (BEI) 26 MUSD	(7.104)	(3.007)	-	-
Itáú - (BEI) 104 MUSD	(28.800)	(11.961)	-	-
Total	(236.095)	118.845	(125.866)	(208.138)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2022.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

Os contratos com instrumento financeiro derivativo em aberto em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados acima.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívida - Posição em 31.12.2022	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
Debentures - 24ª Emissão (2ª série)	100% IPCA + 4,0134%	926.193	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,0134%	(901.670)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,7200%	798.200	Fair value hedge
		822.723	
BNP II 4131	USD + 1,71%	230.888	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,71%	(220.065)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,75%	259.427	Cash flow hedge
		270.250	
Itaú			
Debentures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26%	730.532	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,26%	(719.406)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,93%	738.425	Fair value hedge
		749.551	
BNP III 4131	USD + 1,97%	438.086	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,97%	(417.310)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,98%	487.750	Cash flow hedge
		508.526	
Scotiabank II	USD + 2,31%	206.334	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,31%	(189.112)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25%	211.319	Cash flow hedge
		228.541	
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a	274.875	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO: 8,41% a.a	(271.475)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,68%	289.113	Fair value hedge
		292.513	
Scotiabank III	USD + 2,61%	293.152	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61%	(265.141)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63%	319.432	Cash flow hedge
		347.443	
MUFG	USD + 1,95%	203.101	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,95%	(190.328)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,28%	208.458	Cash flow hedge
		221.231	
Scotiabank IV	USD + 2,37%	405.120	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,37%	(369.722)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,39%	417.272	Cash flow hedge
		452.670	
Santander			
Debentures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	610.856	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(494.696)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,82%	505.389	Fair value hedge
		621.549	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Itaú			
Debentures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	203.619	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(200.344)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,82%	204.674	Fair value hedge
		207.949	
Itaú - (BEI) 26 MUSD			
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,76% a.a.	127.279	
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	USD + 3,76% a.a.	(121.433)	Fair value hedge
	CDI + 0,10%	128.537	Fair value hedge
		134.383	
Itaú - (BEI) 104 MUSD			
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,61% a.a.	503.350	
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	USD + 3,61% a.a.	(480.232)	Fair value hedge
	CDI - 0,18%	509.032	Fair value hedge
		532.150	

A diferença entre o valor na curva (*accrued*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de dezembro de 2022, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

28.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

28.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, compliance, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco mediante a elaboração de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a Alta Administração e a Diretoria atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração, por sua vez, pela segunda e terceira linhas de defesa.

A área de Controle de Riscos possui Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas do Grupo, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto monetário dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de Controle de Riscos mantendo boas práticas de governança corporativa e assegurando a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	1.128.195	967.147
Investimentos de curto prazo	b.1.1	6.210	2.968
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.1	(236.095)	(40.433)
Depósitos vinculados	b.1.1	857.326	851.972
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	3.364.162	3.317.386
Contas a receber - acordos	b.1.2	517.042	504.647
Ativo financeiro setorial	b.1.3	2.623.396	1.783.740
Ativo contratual	b.1.3	1.434.579	1.050.779
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	7.426.895	6.317.532
Total da exposição		17.121.709	14.755.738

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Caixa e equivalentes de Caixa e Investimentos de curto prazo	31.12.2022	31.12.2021
AAA	928.270	968.069
AA+	17.164	2.046
AA	188.971	-
Total	1.134.405	970.115

Instrumentos financeiros derivativos	30.09.2022	31.12.2021
AAA	236.095	(40.433)
Total	236.095	(40.433)

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, disponibiliza o portal de negociação e aplicativo por celular para realização de negociações, além dos feirões físicos e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	3.053.174	2.209.642
Debêntures	4.500.568	4.668.514
Instrumentos financeiros derivativos	236.095	(40.433)
Dívida	7.789.837	6.837.723
Caixa e equivalentes de caixa	(1.338.169)	(1.112.302)
Investimentos de curto prazo	(6.210)	(2.968)
Dívida líquida	6.445.458	5.722.453
Patrimônio líquido	2.393.789	2.233.704
Dívida líquida / (Dívida líquida + patrimônio líquido)	72,92%	71,92%

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2022 é de 72,92% (71,92 % em 31 de dezembro de 2021), calculado pela razão entre a dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 80.000.

A Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho N° 3.037/2018, no valor de até R\$ 2.000.000.

A Companhia também possui limite de mútuo com as partes relacionadas CDSA e Enel CIEN aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N° 647/2021, no valor de até R\$ 500.000.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros de fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, obrigações por arrendamento, dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

Posição em 31 de dezembro de 2022	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais que cinco anos
Fornecedores					
Empréstimos e financiamentos	1.060	27.871	76.415	2.373.971	694.457
Debêntures	-	50.565	1.425.405	2.899.317	2.347.761
Operações com instrumento derivativo	-	99.612	396.133	866.052	247.256
Obrigações por arrendamento	4.619	9.237	41.568	140.803	42.019
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	207.601	-	-
Total	5.679	187.285	2.147.122	6.280.143	3.331.493

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 98,85% da dívida total indexada a taxas variáveis (R\$ 7.789.837).

Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.12.2022	%	31.12.2021	%
CDB-DI	1.134.405	100%	970.115	100%
Total	1.134.405		970.115	

Ativo financeiro da concessão	31.12.2022	%	31.12.2021	%
IPCA	7.426.895	100%	6.317.532	100%
Total	7.426.895		6.317.532	

Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Taxa Fixa	89.200	1,15%	11.594	0,17%
TJLP	19.633	0,25%	34.192	0,50%
CDI	7.465.298	95,83%	6.768.499	98,99%
IPCA	215.706	2,77%	23.438	0,34%
Total	7.789.837		6.837.723	

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos Financeiros	31.12.2022	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		6,83%	10,24%	13,65%	17,06%	20,48%
Equivalentes de caixa	1.128.195	77.056	115.527	153.999	192.470	231.054
Investimentos de curto prazo	6.210	424	636	848	1.059	1.272
IPCA		2,90%	4,34%	5,79%	7,24%	8,69%
Ativo financeiro da concessão	7.426.895	215.380	322.327	430.017	537.707	645.397
Subtotal	8.561.300	292.860	438.490	584.864	731.236	877.723

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Dívidas	31.12.2022	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	(727.364)	(40.119)	(59.213)	(77.720)	(95.675)	(113.112)
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	(707.715)	(52.840)	(75.395)	(97.319)	(118.648)	(139.414)
DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	(594.291)	(49.123)	(67.982)	(86.314)	(104.148)	(121.512)
7ª emissão de Notas Promissórias	(352.682)	(8.948)	(12.683)	(16.314)	(19.845)	(23.284)
TJLP						
FINEP 2	(18.729)	(521)	(871)	(1.216)	(1.555)	(1.889)
Contrato de Swap						
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(926.193)	(60.233)	(71.666)	(82.967)	(94.142)	(105.192)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	901.670	57.911	68.902	79.768	90.512	101.136
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(798.200)	(58.584)	(83.861)	(108.431)	(132.335)	(155.607)
BNP 4131 II	(230.888)	137.298	46.799	(19.290)	(71.655)	(115.169)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	220.065	(130.862)	(44.606)	18.386	68.296	109.771
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(259.427)	(19.118)	(27.334)	(35.320)	(43.089)	(50.653)
BNP III 4131	(438.086)	259.445	87.697	(37.727)	(137.106)	(219.687)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	417.310	(247.141)	(83.538)	35.938	130.603	209.268
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(487.750)	(37.064)	(52.513)	(67.530)	(82.140)	(96.364)
Scotiabank II 4131	(206.334)	121.560	40.647	(18.443)	(65.262)	(104.167)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	189.112	(111.414)	(37.254)	16.903	59.814	95.473
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(211.319)	(16.626)	(23.321)	(29.828)	(36.159)	(42.323)
BNP IV 4131	(274.875)	(22.271)	(22.271)	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	271.475	21.996	21.996	21.996	21.996	21.996
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(289.113)	(21.104)	(30.259)	(39.158)	(47.816)	(56.245)
Debêntures - 25ª Emissão	(730.532)	(50.224)	(59.418)	(68.506)	(77.493)	(86.379)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	719.406	47.917	56.689	65.360	73.934	82.412
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(738.425)	(55.744)	(79.133)	(101.867)	(123.984)	(145.518)
Scotiabank III 4131	(293.152)	171.892	56.905	(27.067)	(93.602)	(148.891)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	265.141	(155.467)	(51.468)	24.481	84.659	134.665
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(319.432)	(26.337)	(36.460)	(46.300)	(55.873)	(65.193)
MUFG 4131	(203.101)	120.101	40.471	(17.681)	(63.758)	(102.046)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	190.328	(112.548)	(37.926)	16.569	59.748	95.629
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(208.458)	(16.463)	(23.067)	(29.487)	(35.733)	(41.813)
Scotiabank IV 4131	(405.120)	238.448	79.574	(36.450)	(128.380)	(204.771)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	369.722	(217.613)	(72.621)	33.265	117.162	186.879
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(417.272)	(33.410)	(46.631)	(59.483)	(71.986)	(84.158)
Debêntures - 27ª Emissão	(814.474)	(71.040)	(81.297)	(91.436)	(101.461)	(111.375)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	200.344	16.944	19.391	21.809	24.200	26.565
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(204.674)	(15.226)	(21.709)	(28.009)	(34.139)	(40.107)
Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	494.696	41.840	47.880	53.852	59.756	65.595
Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	(505.389)	(37.598)	(53.604)	(69.162)	(84.298)	(99.034)
Itaú - (BEI) 26 MUSD	(127.279)	73.272	23.301	(13.192)	(42.107)	(66.134)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	121.433	(69.907)	(22.231)	12.586	40.173	63.097
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(128.537)	(8.519)	(12.587)	(16.542)	(20.389)	(24.134)
Itaú - (BEI) 104 MUSD	(502.928)	290.475	92.879	(51.422)	(165.757)	(260.767)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	480.232	(277.134)	(88.614)	49.060	158.144	248.790
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(509.032)	(32.765)	(48.873)	(64.530)	(79.763)	(94.593)
Subtotal	(7.789.837)	(456.864)	(745.275)	(1.011.009)	(1.261.572)	(1.500.526)
Total da exposição líquida	771.463	21.121.477	31.622.180	42.145.560	52.684.110	63.234.383

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2022 (em reais).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos em moeda estrangeira	31.12.2022
Empréstimos e financiamento	2.406.888
Exposição patrimonial	2.406.888
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(2.253.343)
Exposição cambial total	153.545

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	31.12.2022	
	Moeda estrangeira	31.12.2022
Fornecedores (Itaipu)	34.115	177.979
Passivo líquido exposto	34.115	177.979

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- **Proteção total:** quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- **Proteção parcial:** proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- **Proteção dinâmica:** quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

(b.4.3) Risco de preço de regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 1.003/2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse deles às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2021 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déicits - MCSD de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia enveredou para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A reconsideração quanto ao mérito da decisão do Despacho nº 2.508/20, foi julgado pela ANEEL, em 09 de agosto de 2022, conforme Despacho da Diretoria Geral nº 2.168, sem levar em consideração o reconhecimento da sobrecontratação involuntária decorrente da contratação compulsória de 96% do montante de reposição no Leilão n. A-1/2015.

Desta forma, em 24 de agosto de 2022, a Companhia entrou com pedido de reconsideração quanto à este mérito; até a data da aprovação dessas demonstrações financeiras, o processo ainda está sob análise do relator.

O julgamento deste pedido de reconsideração é acerca do encerramento do ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto abaixo do limite de 105% equivalente a R\$ 92.639 (valor atualizado de R\$ 131.251 em 31 de dezembro de 2022) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

29. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 8.236.656 em 2023, R\$ 7.993.328 em 2024, R\$ 7.590.501 em 2025, R\$ 7.225.038 em 2026 e R\$ 95.252.794 após 2026.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que foram homologados pela ANEEL.

30. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Bens segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2022	31/10/2023	18.040.505	5.186.149
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2022	31/10/2023	N/A	104.946
-	Responsabilidade civil administradores	31/10/2022	31/10/2023	N/A	77.618
-	Riscos ambientais	31/10/2022	31/10/2023	N/A	103.723
-	Frota	14/08/2022	14/08/2023	N/A	1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

31. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

31.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

1.

Não impacta caixa	2022	2021
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	94.483	16.319
Compensações de Pis e Cofins (ICMS)	1.304.990	787.090
Doações de linhas e redes (Adição de ativos contratuais, financeiros e intangíveis)	-	10.528

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	2022	2021
Apresentados nas atividades operacionais	503.970	165.402
Apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	(5.905)	25.999
Total Pagamento de juros	498.065	191.401

31.2 Conciliação das atividades de financiamento

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Tais conciliações estão demonstradas nas notas explicativas nº 12 e 13. Quanto aos dividendos e juros sobre capital próprio, a conciliação é conforme segue:

Saldo inicial 31.12.2021	Efeito não caixa			Efeito caixa		Saldo final 31.12.2022
	Dividendos adicionais propostos	Juros sobre capital próprio declarados	Dividendo mínimo obrigatório - complemento	Dividendos pagos	Juros sobre capital próprio pagos	
576.116	870.778	190.000	207.601	(1.446.894)	(190.000)	207.601

Saldo inicial 31.12.2020	Efeito não caixa			Efeito caixa		Saldo final 31.12.2021
	Dividendos adicionais propostos	Juros sobre capital próprio declarados	Dividendo mínimo obrigatório - complemento	Dividendos pagos	Juros sobre capital próprio pagos	
60.834	930.960	241.000	97.459	(513.137)	(241.000)	576.116

Em relação aos dos juros sobre o capital próprio, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 161.500 para o seu acionista controlador Enel Brasil e R\$ 28.500 em imposto de renda, sendo apresentado o saldo bruto no fluxo de caixa (atividades de financiamento).

32. Eventos subsequentes

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.